

CEAA



Centro de Estudos Arnaldo Araújo
Escola Superior Artística do Porto

Jorge Cunha Pimentel

**ROGÉRIO DE AZEVEDO
E O PAÇO DOS DUQUES EM GUIMARÃES**

Estudo e projectos de restauro



Jorge Cunha Pimentel

**ROGÉRIO DE AZEVEDO
E O PAÇO DOS DUQUES EM GUIMARÃES**

Estudo e projectos de restauro

Centro de Estudos Arnaldo Araújo
Escola Superior Artística do Porto

Edições Caseiras / 6

Título:

*ROGÉRIO DE AZEVEDO E O PAÇO DOS DUQUES EM
GUIMARÃES. ESTUDO E PROJECTOS DE RESTAURO*

Autor:

Jorge Cunha Pimentel

© Jorge Cunha Pimentel e CESAP/ESAP/CEAA, 2004

Arranjo gráfico:

Jorge Cunha Pimentel

Edição:

Centro de Estudos Arnaldo Araújo da CESAP/ESAP

Propriedade:

Cooperativa de Ensino Superior Artístico do Porto
R. do Infante D. Henrique, 131
4050-298 PORTO, PORTUGAL
Telef.: +351 223 392 100/40
Fax: +351 223 392 101

Impressão e acabamento:

CESAP-ESAP/CEAA e Repro 2000

1ª edição, Porto, Dezembro de 2004

Tiragem: 300 exemplares

ISBN: 972-8784-05-8

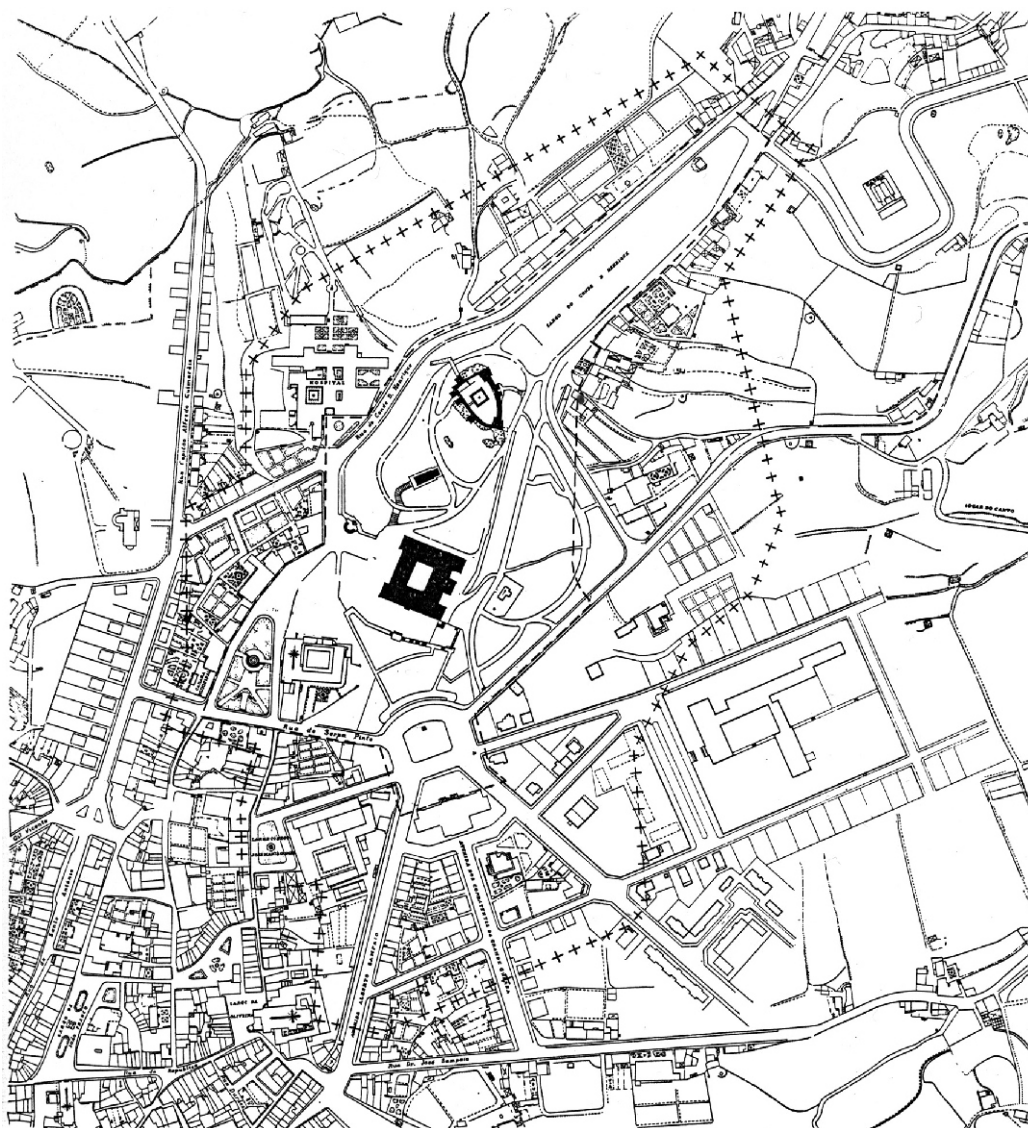
Depósito Legal: 220709/04

Centro de Estudos Arnaldo Araújo
Escola Superior Artística do Porto
Largo de S. Domingos, 80
4050-545 PORTO PORTUGAL
Telef.: +351 223392130
Fax.: +351 223392139
e-mail: ceaa@esap.pt

www.esap.pt

Índice

1. Paço dos Duques de Bragança – estudo e projectos de Rogério de Azevedo	7
1.1. Memória histórica e justificativa	8
1.2. Os Projectos	23
2. Parque do Castelo	30
3. Conclusão das obras e desenhos finais	36
Créditos das imagens	47



LIMITE DA ZONA DE PROTECCÃO ++++++
 ÁREA VEDADA À CONSTRUÇÃO -----

0 50 100 150 METROS

“Planta topográfica com indicação da zona de protecção e da área vedada à construção”, 1960.

ROGÉRIO DE AZEVEDO E O PAÇO DOS DUQUES EM GUIMARÃES

1. Paço dos Duques de Bragança – estudo e projectos de Rogério de Azevedo

Num enquadramento urbano e inserido numa zona verde no centro da cidade de Guimarães – o Monte Latito –, junto ao Castelo e à Igreja de S. Miguel, ergue-se o Paço Ducal, vasto conjunto palaciano em forma de quadrilátero com 60 metros de lado. É constituído por quatro grandes corpos construídos em volta de um pátio rectangular tratado à maneira de um claustro, com galerias de dois andares nos quatro lados. Nos vértices do edifício as alas laterais ultrapassam o alinhamento das fachadas principal (noroeste) e posterior (sudeste), destacando-se na forma de torreões. O alçado principal apresenta uma entrada axial, ao nível do rés-do-chão, dando acesso directo ao pátio. Do lado oposto do pátio, com portal ao nível do primeiro andar da galeria e centrada com a entrada no Paço, surge a capela palatina cujo corpo se destaca na fachada posterior. As quatro fachadas são reforçadas ao nível das cornijas por uma varanda de tipo lombardo. Os alçados são coroados de ameias flordelizadas que cingem os telhados de várias águas. Sobre os telhados, bastante inclinados, erguem-se numerosas chaminés cilíndricas de tijolo.

A construção primitiva (século XV), berço da Casa de Bragança e uma das mais sumptuosas e evoluídas habitações civis no quadro tardo-medieval português, apresenta características nítidas de fortificação, visíveis na solidez dos seus muros e na distribuição da fenestração, mas já aberta a valores funcionais e civilistas próprios da época.

Quando em 1937, a cargo do Arq. Rogério de Azevedo¹, sob a supervisão do Arq. Baltazar de Castro² e a alçada da DGEMN, se iniciaram os trabalhos de restauro e reconstrução do Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães, este encontrava-se profundamente arruinado, tendo a sua estrutura quase desaparecido ou sido sucessivamente desfigurada pelas obras de adaptação aos vários quartéis que, ao longo de mais de um século (desde 1807), ali se instalaram.

O projecto teve por base a observação comparativa de alguns paços senhoriais franceses (e, provavelmente, catalães) e um processo de investigação histórica e de sondagens arqueológicas realizadas na obra, como não era então prática corrente na Direcção Geral. Obedecendo a princípios de

1. O Arq. Ricca Gonçalves e, muito provavelmente, também o Arq. Viana de Lima – então no início de carreira – trabalhando na DGEMN, colaboraram com Rogério de Azevedo no restauro do Paço Ducal.

2. Com uma extensa formação no campo artístico, Baltazar de Castro (1891-1967) era amigo e colega de atelier de Rogério de Azevedo. Foi uma das figuras de proa do restauro monumental no Portugal do século XX, e um dos principais responsáveis pela linha de acção desenvolvida pela DGEMN, quer a nível técnico quer a nível teórico. Director dos Monumentos Nacionais (1936-1949), a ele se devem muitos dos restauros realizados na arquitectura românica no Norte do país, principalmente a partir de 1927.

reintegração estilística³, foi objecto de estudos prévios detalhados e também de edição pública. Alguns dos elementos então propostos, como a grande varanda e as janelas neogóticas da fachada principal, o alpendre na fachada nordeste ou a escada de acesso à capela no pátio, foram motivo de polémicas acabando por serem suprimidos.

Usufruindo da carga simbólica de *berço da nacionalidade* que apresentava a cidade de Guimarães, e numa altura em que se preparavam as Comemorações Centenárias de 1940⁴, o restauro do Paço pretendeu prepará-lo para residência do Presidente da República no Norte do País⁵ ao mesmo tempo que se realizava a sua recuperação para fins museológicos.

Mas as obras de restauro prolongaram-se muito para além das Comemorações. Com as saídas de Rogério de Azevedo da DGEMN, em 1940⁶, e de Baltazar de Castro, em 1949, os trabalhos entraram num ritmo lento. Ganham novo fôlego pelas mãos do Arq. Luís Benavente, Director do Serviço de Monumentos Nacionais de 1952 a 1972, tendo apenas sido dados como concluídos em 1959⁷.

Como resultado de todo este processo de restauro “violento e profundo, que veio alterar drasticamente o perfil da construção que sobrevivera até então”⁸, foi feita a recriação arquitectónica do edifício “como ele 'deveria de ser', sem porém nunca o ter sido”⁹. Os travejamentos dos tectos foram desenhados e o espaço foi inteiramente reorganizado, tornando-o apto para funções de representação do Estado. Desde o pátio central, com ressonâncias claustrais, até aos telhados de quatro águas, passando pelos vitrais e pelas chaminés de cano, “tudo foi reconstruído e homogeneizado. O resultado final é um paço senhorial de matriz francesa, dotado de uma inegável eficácia em termos de imagem e verosimilhança, pese embora o apego às simetrias e à distribuição racional das portas de acesso e das janelas – algo que certamente qualquer mestre construtor medieval despeitaria”¹⁰.

1.1. Memória histórica e justificativa

O senhor feudal habitava muito modestamente numa torre do tipo das de menagem dos castelos. Por vezes eram construídos alguns cómodos anexos mas, até à segunda metade do século XIII, estes foram poucos e pequenos. A maioria destes paços situa-se no Norte, sobretudo Entre Douro e Minho, diminuindo a sua concentração à medida que no País se caminha para Sul, facto normal tendo em conta que foi a partir dessa região que se fez a Reconquista e o povoamento.

A nobreza urbana das vilas e cidades raramente ocupava o alcácer do castelo, que era pertença do rei. Raros eram os nobres que, no final do século XV tinham um paço tal como os conhecemos.

A principal residência real portuguesa era a da alcáçova de Lisboa. Mas os reis tinham “uma autêntica rede de paços reais destinados a veraneio, rece-

3. Os trabalhos de restauro eram então designados por reintegração, reconstrução ou reconstituição pelos serviços da DGEMN. Enquadravam-se assim um conjunto de acções com o intuito de redefinir a unidade figurativa e estrutural dos monumentos, procurando atingir uma legibilidade que se aproximava da uniformidade estilística.

4. Comemoravam-se o VIII Centenário do Nascimento de Portugal e o III Centenário da Restauração da Independência Nacional. Com esta finalidade, constituíram-se núcleos de actuação em cinco lugares simbólicos da lusitanidade – Guimarães, Porto, Braga, Lisboa e Vila Viçosa –, pólos de um programa global e cenários de algumas das principais manifestações.

5. Se em Lisboa a questão desejada era a da representação “simbólica” do país, já em Guimarães ela estava ligada a aspectos de representação “política”, com o “novo” Paço, o Castelo e a Capela de S. Miguel a servirem de conjunto privilegiado de recepção aos convidados do Estado Novo.

6. Rogério de Azevedo saiu da DGEMN para assumir a docência da 8ª Cadeira – Desenho Arquitectónico, Construções e Salubridade das Edificações – na Escola de Belas Artes do Porto, lugar anteriormente ocupado pelo Arq. Marques da Silva, seu mestre e professor.

7. Para além de Rogério de Azevedo (projectos do restauro do Paço e do arranjo da envolvente) trabalharam no restauro do Paço Ducal: Joaquim Areal e Alberto da Silva Bessa, arquitectos da DGEMN (reformulação parcial do projecto quanto às coberturas, aos elementos decorativos e à residência presidencial); Mário Barbosa, arquitecto da DGEMN (estudos do arranjo interior da capela do Paço), António Costa, pintor (pintura decorativa dos tectos); Guilherme Camarinha, pintor (desenho dos vitrais da capela); António Lino, pintor (desenho dos vitrais do Paço); Teixeira Lopes, escultor (projecto do brasão).

8. Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA; Mário Jorge BARROCA – *História da Arte em Portugal. O Gótico*. Lisboa: Editorial Presença, 2002, p. 113.

9. Paulo PEREIRA – “(Re)trabalhar o Passado. Intervenção no Património Edificado”, in Annette BECKER; Ana TOSTÕES; Wilfried WANG (orgs.) – *Arquitectura do Século XX. Portugal*. Lisboa, Frankfurt: Deutsches Architektur-Museum/Prestel/Portugal-Frankfurt 97/Centro Cultural de Belém, 1997, p. 100.

10. *Ibidem*.

bimento de impostos e, sobretudo, ao aprovisionamento de carne, efectuado através das caçadas que eram, cumulativamente, desporto favorito da nobreza”¹¹. Os reis e as rainhas, e até por vezes nobres de alta linhagem, estabeleceram paços junto ou integrados em mosteiros e conventos. Os príncipes tinham os seus paços espalhados pelo País, consoante as funções de que se encontravam investidos.

O século XV foi de grande alteração na política de habitação régia e senhorial. Os filhos de D. João I, assim como o próprio rei, “empreenderam profundas remodelações nos paços trecentistas e ducentistas que lhes foram doados e mandaram construir diversos novos”¹². As casas nobres que lhes descenderam, nomeadamente a de Bragança e os seus ramos, não lhes ficaram atrás. São deste período o paço régio de Leiria, o paço de Tentúgal, do Infante D. Pedro, e os paços de Guimarães, Barcelos, Porto de Mós e Ourém da linhagem brigantina.

O Paço Real de Leiria ficou dentro do castelo e tinha anexa a Igreja de Nossa Senhora da Pena como parte integrante da estrutura palatina. Desenvolve-se em dois andares, sendo que no superior se situa uma sala em torno da qual se dispõem outras acomodações e uma varanda com arcadas.

O Paço Ducal de Tentúgal apresenta uma planta longitudinal, irregular, de corpos salientes, com vãos góticos e altas chaminés.

O Paço dos Duques de Bragança em Barcelos ainda conserva parcialmente a sua estrutura quatrocentista, encontrando-se em ruína desde o século XVII. Mandado construir por D. Fernando em 1461, é de dimensões mais reduzidas que os de Guimarães e Vila Viçosa, apenas com cinco corpos de planta rectangular formando uma construção sólida e maciça. Impunha-se como símbolo de poder pela sua posição alcandorada sobre o rio e por integrar um corpo avançado, que chegava ao início da ponte, formando a torre da portagem.

O Paço de Ourém, mandado construir por D. Afonso, Conde de Ourém, é um paço acastelado constituído por três partes: uma formada por duas torres-baluartes ligadas por um muro com balcão saliente a toda a volta; a zona habitacional de planta rectangular e com um passadiço a toda a volta; uma terceira área de planta triangular entre muralhas e com três fortes torres quadrangulares nos ângulos.

O Paço de Porto de Mós, tal como a anterior, alia a função defensiva com a de habitação. Deve-se igualmente a D. Afonso. Com uma planta em quadrilátero irregular, tem uma torre em cada ângulo e, no interior, um pátio para onde se abrem diversas dependências.

Rogério de Azevedo, pela responsabilidade que teve no estudo e preparação de uma memória histórica e justificativa para o projecto e obras de restauro que fez do antigo Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães, e perante a singularidade do monumento entre os Paços existentes no país, sentiu necessidade de aprofundar a vida e a obra de D. Afonso, oitavo Conde

11. José Custódio Vieira da SILVA – *Paços Medievais Portugueses*. Lisboa: IPPAR, 1995, p. 113.

12. Pedro DIAS – *A arquitectura gótica portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 186.

de Barcelos e primeiro Duque de Bragança e, tanto quanto os documentos o permitiram, a história do Paço Ducal para que do projecto e restauro de que foi responsável resultasse “obra que se visse, à imagem da lógica do tempo e das sucessivas gerações”¹³.

D. Afonso, filho de D. João I, casou a 8 de Novembro de 1401 com D. Beatriz Pereira, filha única de D. Nuno Álvares Pereira, sendo-lhe então concedido o Condado de Barcelos. Em 1410 viajou por Castela, França e Itália. Pouco depois, em 1415, deu-se o assalto a Ceuta e D. Afonso foi um dos triunfadores. Do Palácio em Ceuta, depois da pilhagem e incêndio, recomendou aos seus homens que aproveitassem as colunas do pátio. Diz-se que cerca de 70 dessas colunas vieram para Portugal. Oito dessas setenta, refere a tradição, são aquelas que se encontram no pórtico de entrada da capela do Paço dos Duques em Guimarães.

Em 1420, D. Afonso, viúvo da filha de Nuno Álvares, casou segunda vez com D. Constança de Noronha, filha do Conde de Gijon, e com ela passou a viver em Guimarães, mandando edificar os Paços. Tendo as obras começado por volta do ano de 1422, o ano de 1438 é dado como a data mais provável para a sua ocupação. Em 1442 o Infante D. Pedro, irmão de D. Afonso, designou-o primeiro Duque de Bragança.

Em 1460 morreu o filho mais velho do Duque, sendo o segundo filho quem herdou o título. Este foi viver para Arraiolos, no Sul do país. D. Afonso morreu em 1461 e o Paço dos Duques em Guimarães iniciou um período de declínio. D. Constança fez do Paço Ducal uma espécie de hospital-enfermaria, tratando os doentes e repartindo os seus bens pelos mais carenciados. Com a morte da primeira Duquesa de Bragança, em 1480, o Paço Ducal fica praticamente devoluto.

Acreditava-se que o Paço Ducal de Guimarães teria sido construído sobre os fundamentos do velho Paço românico do Conde D. Henrique que, fazendo parte dos bens da coroa, foi alienado por D. João I a favor do seu filho bastardo D. Afonso por ocasião do seu primeiro casamento¹⁴.

Quem foi o arquitecto responsável pela construção do Paço? Como era o seu risco inicial? Chegaram a ser concluídas as obras do Paço? Se não chegaram, qual a parte que não se acabou? Porquê e quando é que se arruinou? A falta de documentação conhecida não permite dar uma resposta clara a estas questões.

Alfredo Guimarães escreveu:

“A disposição para construir em Guimarães um edifício de semelhanças e raras proporções adveio a D. Afonso dos conhecimentos da vida palaciana europeia, adquirida durante as suas repetidas viagens no estrangeiro, em missões oficiais e de devoção, e deveriam igualmente ter constituído alicerce, aliás profundo, desse cometimento artístico, o seu

13. João Barroso da FONTE – *Paço dos Duques de Bragança*. Lisboa: Edição ELO, 1994, p. 46.

14. Rogério de Azevedo, tendo por base a obra de Alberto Sampaio, *Portugalia*, T. 1.º, p. 805, defende esta ideia no *Relatório acerca das obras do Paço dos Duques em Guimarães*, O. S. n.º 2503 de 12 de Agosto de 1938, pp. 5-6, DGEMN: DSID.

temperamento orgulhoso, e tão moralmente desigual, a sua convicção do valor próprio nas armas e na direcção política, a inferioridade de situação oficial entre ele e os seus irmãos – os Ínclitos Infantes – e, comumente, a ambição de vir a ser (...) o que pudesse ser (...) na ordem em que a fortuna conduzisse os acontecimentos nacionais! (...) Tal espírito, tal obra. É o edifício dos Paços dos Duques de Bragança e Guimarães uma construção devida a Mestre estrangeiro, e porventura normando, que estacionou entre nós, e especialmente, em Guimarães, dada a fusão de elementos construtivos góticos, de carácter normando e português que o Paço exhibe. Com largos subsídios arquitectónicos do seu país e alguns dos que encontrou aplicados na então vila de Guimarães, o Mestre da traça – que podemos dizer se chamava Antom – lançou-se ao delineamento de um Paço que correspondesse às ordens recebidas, e no qual foi, lentamente, mas conscientemente intercalando, a par das características das construções monumentais da região francesa do Loire, alguns elementos que então encontrou”¹⁵.

A base documental para as opiniões de Alfredo Guimarães é uma escritura de emprazamento de casas na Rua Sapateira, feito pelo Cabido da Colegiada de Nossa Senhora de Oliveira, em 15 de Maio de 1460, de que o “Mestre Antom de pedraria” foi uma das testemunhas¹⁶. No entanto, nada autoriza a identificação deste mestre de pedraria com o arquitecto dos Paços Ducais e, muito menos, atribuir-lhe uma nacionalidade estrangeira – francesa, normanda ou qualquer outra. Não deixa de ser estranho o silêncio dos documentos sobre este suposto arquitecto dos Paços, começados a construir quase 40 anos antes, e já habitados à 27 anos pela corte ducal, quando foi lavrada a escritura de emprazamento¹⁷.

Alfredo Guimarães, mantendo a sua opinião, escreveu ainda:

“Na traça de Mestre Antom e sob a vedoria de Johane Steuez, o edifício começou a construir-se pela frontaria – aquela que mais tarde, em 1666 os frades capuchos de Guimarães haviam de apear, com licença real ou dos próprios braganças, para a construção do seu convento. O ângulo de nascente que erradamente se supõe ter sido a fachada principal e que confluía para o arrabalde, para a montanha e não para a vila, além de ter estado sempre estreitamente cingido e defendido por muralha, ainda em 1431 não tinha sido levantado, pois, estando nela incluído o aposento da capela, era por então na colegiada que D. Constança de Noronha realizava, com seus capelões privativos, os seus actos de culto (...). O edifício foi erguido inteiramente, e assim deveria estar quando, em 26 de Janeiro de 1480 faleceu nele, com perfumes de santidade, a virtuosa Senhora que foi a primeira Duquesa de Bragança”¹⁸.

15. Alfredo GUIMARÃES – *Guimarães, Guia de Turístico*. Guimarães: Câmara Municipal, 1951, p. 83 e seg. Citado em *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 102, Dezembro de 1960, pp. 11-12; e em João Barroso da FONTE – *Paço dos Duques de Bragança*. Lisboa: Edição ELO, 1994, pp. 41-42.

16. *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 102, Dezembro de 1960, p. 12.

17. *Idem*, p. 13.

18. Alfredo GUIMARÃES – *Guimarães, Guia de Turístico*. Guimarães: Câmara Municipal, 1951, pp. 89-90. Citado em *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 102, Dezembro de 1960, pp. 13-14.

É, no entanto, possível que o estaleiro continuasse a funcionar no tempo do 3º Duque de Bragança, D. Fernando, porque D. João II, ao confiscar-lhe a casa para a Coroa¹⁹, nomeou carpinteiros para as obras do Paço de Guimarães²⁰.

Em 1501 D. Jaime, 4.º Duque de Bragança, funda o novo Palácio de Vila Viçosa. “De Guimarães e de outros domínios” apenas lhe interessou “a colheita dos tributos que serviriam de paga às obras do novo Palácio”²¹. A confirmar esta ausência, em 17 de Fevereiro de 1531 o Procurador do Concelho de Guimarães requer ao Duque, donatário da vila, que este mande a justiça inquirir acerca dos danos que alguém causara na pedra da barbacã do Castelo²².

Começava assim o abandono dos bens ducais em Guimarães²³.

O primeiro documento que atesta a ruína do Paço é o do Cónego Gaspar Estaço que escreveu:

“D. Afonso, Conde de Ourem, genro de D. Nuno Álvares Pereira, fez aquele sumptuoso edifício que hoje está meio arruinado que chamam o Paço dos Duques”²⁴.

No princípio do século XVII, em 20 de Outubro de 1611, a Câmara de Guimarães, respondendo a uma provisão do Rei, informava sobre uma petição realizada pelas freiras de Santa Clara que pediam a pedra dos muros junto ao Paço para as obras do seu mosteiro, que a dita pedra era do Duque de Bragança²⁵, pelo que é provável que nesse tempo a ruína não fosse ainda grande.

O maior descalabro parece ter-se dado por volta de 1666 quando os frades capuchos obtiveram do Rei uma provisão concedendo-lhes a pedra do Paço para as obras do seu convento, de modo a que só ficassem deste as paredes exteriores e fossem tapadas as portas com pedra e cal. Contra esta decisão da coroa levantaram-se a Câmara, a Nobreza e o Povo de Guimarães e, em Vereação de 31 de Janeiro desse mesmo ano, deliberaram requerer ao Doutor Corregedor e oficiais da Câmara a impugnação da dita provisão em juízo²⁶. Pouco depois, em Vereação de 4 de Fevereiro, mandaram proceder à vistoria dos Paços e à avaliação das obras que necessitavam para delas informarem o monarca.

Os mestres de pedraria Gonçalo Vaz e Pero Lopes, juntamente com o arquitecto António de Andrade, foram incumbidos de realizar a vistoria e, sob juramento, declararam no *Auto de vistoria, e avaliação dos Passos desta Villa de Guimar. es*:

“(…) que as obras interiores no estado em que estão por serem de pedra he cal e terem mais de quinhentos portais entre grandes e pequenos he mais de setenta Chaminés pellos meyo das paredes muitas com

19. Com a execução em 1483 de D. Fernando, 3.º Duque de Bragança, todos os bens ducais foram expropriados a favor da coroa até à sua restituição a D. Jaime, 4.º Duque de Bragança, por D. Manuel, cerca de doze anos depois.

20. É o que consta numa carta de 20 de Dezembro de 1490, em que o carpinteiro João Domingues renuncia a esse cargo a favor do seu genro Afonso Anes. *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 102, Dezembro de 1960, p. 14.

21. D. Afonso V já havia dado a D. Fernando, 2.º Duque de Bragança, a Vila de Guimarães e fez a D. Fernando, 3.º Duque de Bragança, doação do juro do Castelo de Guimarães com todas as rendas da vila, salvo os dízimos. Rogério de AZEVEDO – *Relatório acerca das obras do Paço dos Duques em Guimarães*, O. S. n.º 2503 de 12 de Agosto de 1938, p. 14, DGEMN: DSID.

22. Rogério de AZEVEDO – *Relatório acerca das obras do Paço dos Duques em Guimarães*, O. S. n.º 2503 de 12 de Agosto de 1938, pp. 14 e 33, DGEMN: DSID.

23. Rogério de Azevedo refere o aparecimento nas obras de um merlão com as características do século XVI, pelo que presume que D. Jaime tivesse continuado os trabalhos de adorno do Paço, “não os levando a cabo em virtude dos trabalhos de Vila Viçosa lhe começarem a absorver toda a atenção”. Rogério de AZEVEDO – *Relatório acerca das obras do Paço dos Duques em Guimarães*, O. S. n.º 2503 de 12 de Agosto de 1938, p. 16, DGEMN: DSID.

24. Gaspar Estaço foi Cónego de N. Sr.a da Oliveira de Guimarães. Morreu em 1574 e a sua obra *Várias Antiguidades de Portugal* só foi publicada em 1625. Citado em Rogério de AZEVEDO – *Relatório acerca das obras do Paço dos Duques em Guimarães*, O. S. n.º 2503 de 12 de Agosto de 1938, p. 16, DGEMN: DSID.

25. Rogério de AZEVEDO – *Relatório acerca das obras do Paço dos Duques em Guimarães*, O. S. n.º 2503 de 12 de Agosto de 1938, p. 17, DGEMN: DSID.

26. Livro 12 das Vereações, pág. 126, de 31 de Janeiro de 1666. Citado em Rogério de AZEVEDO – *Relatório acerca das obras do Paço dos Duques em Guimarães*, O. S. n.º 2503 de 12 de Agosto de 1938, p. 40, DGEMN: DSID.

trompas de grande altura, he escadas por dentro das paredes – por onde hoje se sobe a passear em Vistasas Barandas Valem mais de Cem mil Cruzados. E que tirando-lhe as ditas obras a pedra que delas pode hir auendo-se respeito ha muita que ha de quebrar ao desfazer por ser pedra he cal, e por Cahir de muita altura poderá valer seis centos mil reis he a obra toda no estado prezente por não Careser mais que de madeiras e telha para se reedificar pode Valer mais de dosentos mil Cruzados he que tantos fica Sua Magestade podendo bolindo nas obras interiores por Coanto as mestras estão enleadas com ellas, he pendem huas das outras (...)”²⁷.

Em ruína só se encontravam os telhados e o madeiramento. A grande massa de pedraria encontrava-se ainda intacta. Pouco depois, na tentativa de salvar os Paços, foi acordado dar aos religiosos, para a construção do mosteiro, a pedra da barbacã do muro de Santa Bárbara que estava pela banda de fora do Castelo, na parte norte. Mas foi em vão²⁸. Muitos outros seguiram o exemplo dos frades capuchos. A 30 de Julho de 1667, o juiz de fora de Guimarães mandou abrir devassa, a fim de se averiguar “quem furtava a pedra junto à porta de Santa Cruz, que se vai arruinando, e dos Paços, pelo prejuízo que se segue à fortificação dos muros e obra real dos mesmos Paços dos Duques”²⁹.

O Padre Torcato Peixoto de Azevedo, nas suas *Memórias ressuscitadas da antiga Guimarães*, escreveu em 1692 acerca dos Paços Ducais:

“Neste distrito (da vila velha de Guimarães) para a parte do nascente, mandou o Sr. D. Afonso, Duque de Bragança, fundar um palácio, na majestade sem segundo, e o primeiro na arquitectura, feito em quadra, com tão insigne arte, que deixa suspenso o discurso, e a vida embaraçada na repartição da sua fábrica: não se chegou a aperfeiçoar de todo por se acabar primeiro a vida do seu fundador. Nele assistiram alguns dos seus descendentes, de que foi o último o Sr. D. Duarte, e nele acabou a vida santamente a Senhora D. Constança de Noronha, mulher do primeiro fundador (...)”³⁰.

Crê-se ser este o primeiro autor antigo a afirmar não terem sido concluídos os Paços Ducais de Guimarães. Outros se lhe seguiram.

Em 29 de Dezembro de 1761 foi lavrado um auto de medição dos Paços:

“Item sendo medido este Palacio e Paços pella parte do Norte tem cumprido de nascente a poente sincoento e duas varas e meya; confronta desta parte com olival e Igreja de Sam Miguel do Castelo; tem por esta banda hum alpendre assentado em oito pilares de pedra para cuja parte tem huas portas fronhas com suas escadas de pedra entrada do selleiro dos mesmos Paços, e medidos pella parte do poente, tem de largo de

27. L.º 1 do *Registo Geral* da Câmara de Guimarães, fls. 132, citado em Rogério de AZEVEDO – *Relatório acerca das obras do Paço dos Duques em Guimarães*, O. S. n.º 2503 de 12 de Agosto de 1938, pp. 19-20 e 36-37, DGEMN: DSID; Rogério de AZEVEDO – *O Paço dos Duques de Guimarães: preâmbulo à memória do projecto de restauro*. Porto: Liv. de Fernando Machado [depos.], 1942, pp. 114-115.

28. Rogério de Azevedo refere em nota: “Na Igreja hoje da Misericórdia, existe montada inteiramente uma das escadas orbiculares que faziam parte do Paço (ângulo SO da ala Norte). Como a levaram para lá se não houveram licença?”. Rogério de AZEVEDO – *Relatório acerca das obras do Paço dos Duques em Guimarães*, O. S. n.º 2503 de 12 de Agosto de 1938, p. 35, DGEMN: DSID.

29. Rogério de AZEVEDO – *Relatório acerca das obras do Paço dos Duques em Guimarães*, O. S. n.º 2503 de 12 de Agosto de 1938, p. 18, DGEMN: DSID.

30. Torcato Peixoto de AZEVEDO – *Memórias ressuscitadas da antiga Guimarães*, 1845, p. 155. Citado em *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 102, Dezembro de 1960, p. 20.

Norte a Sul sincoenta e duas varas e meya; parte com o olival da dita Igreja de Sam Miguel do Castelo; tem por esta parte duas portas entradas das logeas e hua delas he larga e tem por sima um alpendre telhado assentado em dous pilares de pedra, e sendo medidos pella parte do Sul tem de nascente a poente sincoenta e duas varas; confronta com o muro das freiras de Santa Thereza do Carmo para cuja banda tem muita quantidade de janellas, feitas ao tempo antigo com suas cruces de pedra nos largos dellas e medidos pella parte de nascente tem de Norte a Sul sincoenta e três varas parte confronta com o muro da villa, e Roxio que possui Trocato Luís que fica entre o dito muro, e os ditos paços, e por esta banda tem estes Pssos tres Torreões de pedra e no primeiro Torreão tem hum escadorio de pedra e tem por esta banda muitas janellas e barandas de Pedra e tem cruces de pedra pello meyo e algumas estan tapadas, e outras abertas entre as ditas Janellas estão muitas relasias pequenas, huas e outras abertas, e dentro destes Paços tem o arco da entrada para o lugar aonde foi a Capella e o dito Arco esta formado sobre seis columnas de pedra de jaspe ou marmore, tem varias chimines e arcarias e tem tres salas cubertas de telha que actualmente servem de Selleiro, e hua cosinha sobradada com suas janellas para a parte de dentro do Palácio, e tem quatro logeas duas grandes e duas pequenas que servem de selleiro de vinho, e mais despejos (...)”³¹.

Em 1881 o Padre António José Ferreira Caldas escrevia do Paço dos Duques de Guimarães:

“(...) está em parte desmoronado e em parte servindo de quartel militar, onde teem estado, desde os princípios deste século (1807), os seguintes corpos militares: o batalhão 2.º de Olivença; os regimentos 15, 21 e 18; o batalhão 14; os regimentos 13 e 6; o batalhão 7; os regimentos 6 e 3. E desde 15 de Maio a 26 de Setembro de 1862, por ocasião dos movimentos populares que se deram no Minho, com o título de Maria Bernarda, vieram a esta cidade: infantaria 10 e 15; caçadores 9 e 7 e infantaria 16. Este edificio, com vastas e agigantadas proporções, composto de quatro grandes corpos, que formam no centro um espaçoso pátio, não ostenta espécie alguma de ornatos architectónicos; a não ser o pórtico, o qual dava entrada para a grande sala régia, e as duas formosas e elegantes janelas, que se rasgavam esbeltas e donairosas ao fundo da mesma. Estas janelas, que são um valioso exemplar do gótico puro, não abarcam menos de sete metros de alto, com mais de três de largo; pena é que uma delas esteja actualmente defeituosa, por lhe faltar parte do caixilho respectivo. O pórtico, formado de três arcos de ogiva, pousados sobre outras tantas columnas de mármore branco, deitava outrora para a galeria do andar nobre do palácio; e hoje cai sobre o pátio, por se haver

31. Arquivo Municipal de Guimarães, Maço n.º 228, *S. Miguel do Castelo*, doc. 49. Este documento é citado e identificado por Rogério de Azevedo como tendo sido transcrito em 1900 por Albano Bellino na página 53 da sua obra *Archeologia Christã*, publicada em Lisboa. E Rogério de Azevedo refere no *Relatório acerca das obras* que “é curioso notar que nenhum documento fala do pátio que deveria ser imponente com as suas arcarias de ogiva e o alpendre corrido à volta. O referido documento diz que no alçado norte havia um alpendre com oito columnas. Esta referência deve ter nascido da circunstância de existirem então apenas oito cachorros onde o frechal apoiava e daí a suposição de que apenas seriam oito por os restantes haverem sido cortados”. Rogério de AZEVEDO – *Relatório acerca das obras do Paço dos Duques em Guimarães*, O. S. n.º 2503 de 12 de Agosto de 1938, pp. 20 e 38-39, DGEMN: DSID; Rogério de AZEVEDO – *O Paço dos Duques de Guimarães: preâmbulo à memória do projecto de restauro*. Porto: Liv. de Fernando Machado [depos.], 1942, pp. 117-118.

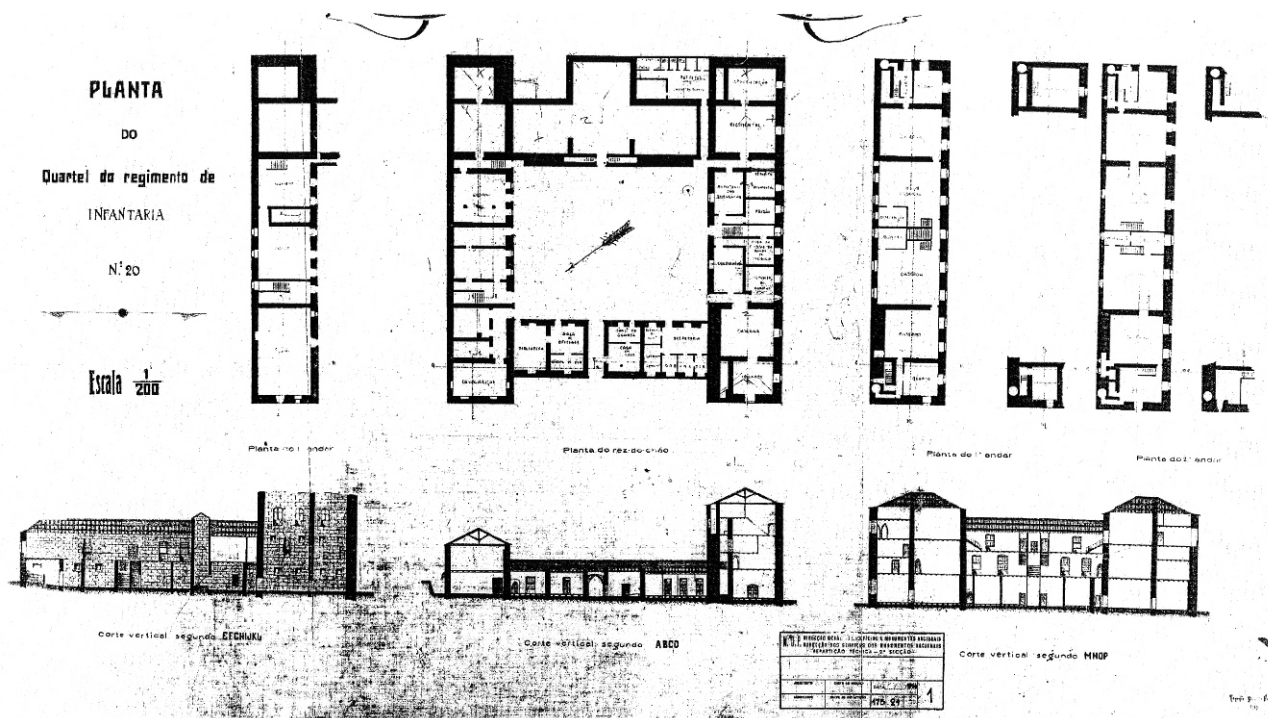
desmoronado a fachada deste lado interior. Do lado de fora, para nascente, é esta fachada a mais notável do edifício; formando uma frontaria de três corpos salientes, ligados por outros dois reentrantes. Os das extremidades, terminavam por uma larga varanda, sustentada sobre grandes cachorros de pedra; restando destas uma com as portas, que davam saída para ela, e aparecendo da outra apenas a cachorrada. O corpo central é quase todo ocupado pelas duas soberbas janelas. Sobre este lado, e campeando como se fossem elegantes colunas, simetricamente dispostas, levantam-se altaneiras quatro chaminés de tijolo, muito bem fabricadas, e ainda hoje em perfeito estado de conservação. A fachada sudoeste, rasgada por janelas de diferentes tamanhos, e dispostas muito irregularmente, serve agora de quartel militar a um destacamento: e pela sua vastidão, já tem acomodado em si grandes regimentos. As duas fachadas restantes, apenas hoje se levantam num andar térreo, e nada mais ... Por várias reformas e restaurações tem passado este edifício; sendo uma das mais dispendiosas a concluída a 8 de Janeiro de 1819. Este palácio foi considerado monumento histórico de segunda classe pela Real Associação dos architectos civis e arqueólogos portugueses, em assembleia geral de 30 de Dezembro de 1880, cujo extracto se publicou no Diário do Governo n.º 62 do ano de 1881; onde se diz que este monumento é um vastíssimo edificio muito interessante para o estudo das habitações dos grandes senhores e dos costumes daquela época (...)”³².

Em 1886, Vilhena Barbosa repetiu o que antes escrevera o Padre Caldas. Apenas o corrigindo na afirmação de que o portal gótico dava acesso a uma sala régia quando, na verdade, dava acesso à capela. Menciona ainda que na fachada nordeste “corre por todo o seu comprimento uma alpendrada bem conservada”³³.

Ocupado como quartel militar entre 1807 e 1935, do Paço dos Duques de Bragança subsistiam, quando foi tomada a decisão de o restaurar, dois corpos laterais com coberturas espúrias e uma divisão interna já por diversas vezes alterada pelas obras de adaptação realizadas pelos vários quartéis que nele se instalaram. O corpo da direita (sudoeste) encontrava-se em melhor estado de conservação e ainda apresentava o rés-do-chão e dois pisos. O da esquerda, mais degradado, apenas chegava ao primeiro andar. Percebia-se bem a planta original e o lugar de implantação da capela, situada no primeiro andar e à qual se acedia por uma galeria. O pórtico, formado por quatro arcos de ogiva pousados sobre colunas de mármore branco, abria outrora para a galeria do andar nobre do Paço. O alçado posterior, o mais notável do edifício, era formada por três corpos salientes ligados por outros dois reentrantes e o conjunto encontrava-se sem telhados nem pavimentos. Os corpos das extremidades terminavam por uma larga varanda sustentada por largos cachorros de pedra e o do meio era quase todo ocupado por duas janelas góticas. O

32. Padre António José Ferreira CALDAS – *Guimarães. Apontamentos para a sua história*, Vol. II, pp. 248 e seg. Citado em *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 102, Dezembro de 1960, pp. 22-23.

33. Vilhena BARBOSA – *Monumentos de Portugal*. Lisboa: 1886, pp. 384. Citado em Rogério de AZEVEDO – *Relatório acerca das obras do Paço dos Duques em Guimarães*, O. S. n.º 2503 de 12 de Agosto de 1938, p. 20, DGEMN: DSID.



Planta do Quartel do regimento de Infantaria N.º 20, 1914.

alçado principal estava reduzido ao piso térreo.

As obras de “reconstrução pura das muitas partes arruinadas, sem adaptação ou fantasias”³⁴ começaram imediatamente em 1937, sendo de 27 de Março desse ano o primeiro orçamento. Com vistos de Rogério de Azevedo e Baltazar de Castro, refere-se nele que “não foi porem incluída a galeria do claustro por ser necessário proceder-se primeiramente à escavação para estudo cuidadoso do seu delineamento em projecção horizontal”³⁵. Foi feito o levantamento do existente e iniciou-se o registo fotográfico sistemático de toda a obra.

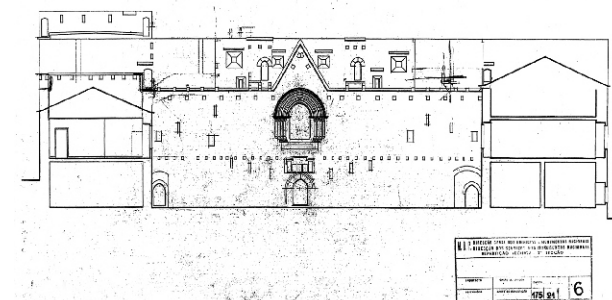
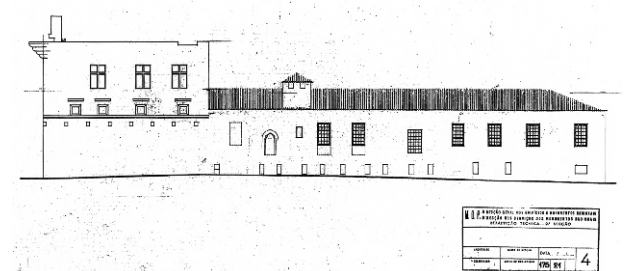
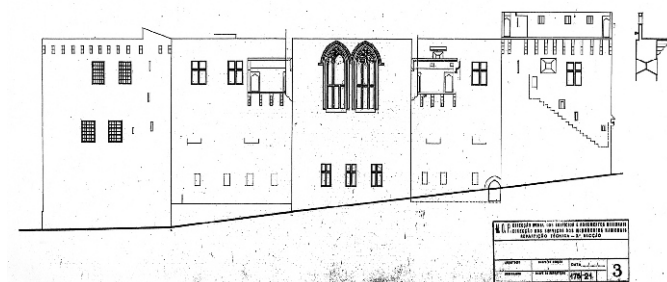
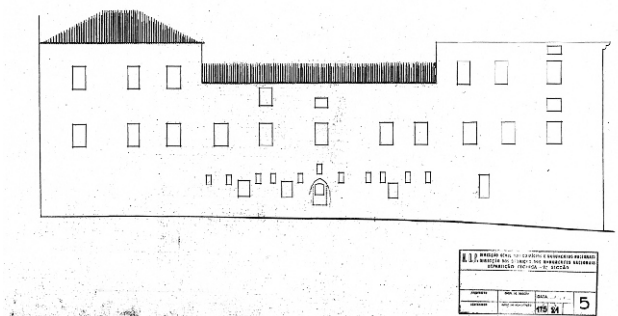
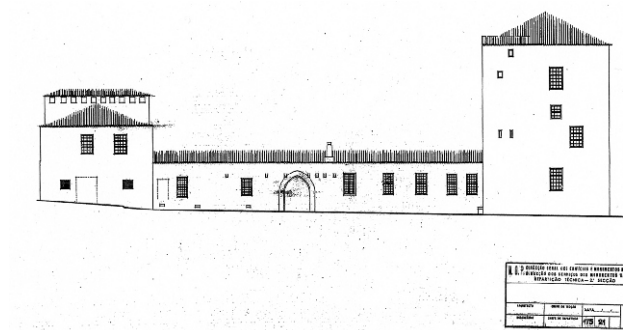
Ano e meio depois, em relatório de 12 de Agosto de 1938, Rogério de Azevedo chama a atenção para a falta de “fixação 'á priori'” do destino a dar à obra “pois qualquer dos destinos exige distribuição bem diferente necessariamente daquela em que assentava a especial orgânica da sua função quando era Paço Ducal com seu destino e suas galas singulares”³⁶. Inicialmente teria sido pedido a Rogério de Azevedo um estudo atendendo à sua utilização para Museu, Biblioteca e Arquivo, concentrando os serviços culturais da cidade de Guimarães no Paço Ducal em detrimento dos serviços da administração municipal. Posteriormente foi ainda avançada a ideia de instalar, para além destes serviços culturais, a própria Câmara Municipal³⁷. Entretanto tinha sido espalhada pela cidade de Guimarães a ideia de aproveitar certa parte do edifício para ser adaptada a residência presidencial

34. Rogério de AZEVEDO – *Relatório acerca das obras do Paço dos Duques em Guimarães*, O. S. n.º 2503 de 12 de Agosto de 1938, p. 2, DGEMN: DSID.

35. Orçamento das “Obras de Restauro e limpeza do edifício do Paço dos Duques de Bragança em Guimarães [Monumento Nacional] – Memória”, 27 de Março de 1937. *Paço dos Duques de Bragança, Processo de Obra*. DGEMN: DSID.

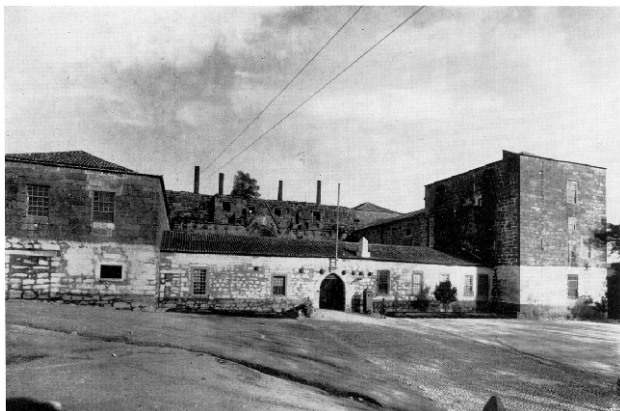
36. Rogério de AZEVEDO – *Relatório acerca das obras do Paço dos Duques em Guimarães*, O. S. n.º 2503 de 12 de Agosto de 1938, pp. 1-2, DGEMN: DSID.

37. A 7 de Julho de 1938, e já sabendo que a Câmara da cidade não iria prosseguir com as obras do novo edifício municipal, o Arquitecto Director Baltazar de Castro enviou um officio ao Engenheiro Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais solicitando-lhe que intercedesse junto da Câmara de Guimarães no sentido de esta se encontrar na disposição de ceder todo o material aplicado no novo edifício, cujas obras se encontravam paralisadas e abandonadas por falta de meios. *Paço dos Duques de Bragança, Processo Administrativo*. DGEMN: DSID.



O Paço dos Duques de Bragança antes das obras, 1937 (?). Levantamento. N/ass., n/dat..

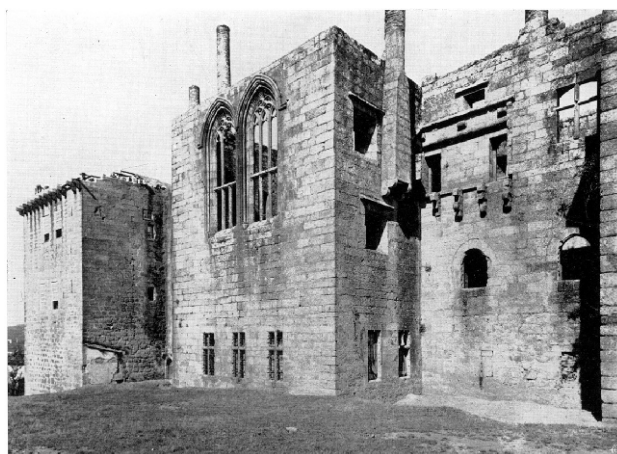
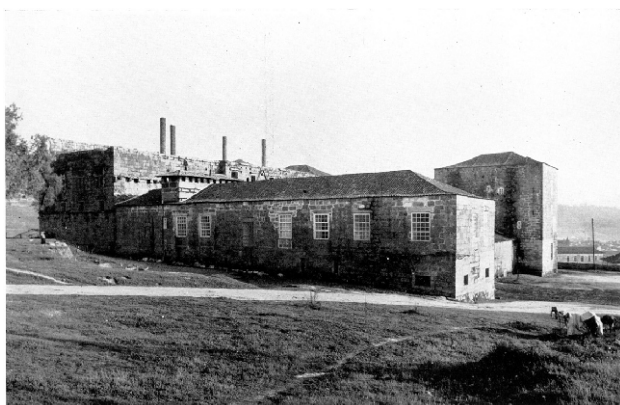
(da esquerda para a direita e de cima para baixo:)
 Alçado principal (noroeste).
 Alçado lateral sudoeste.
 Alçado posterior (sudeste).
 Alçado lateral nordeste.
 Corte transversal.



Aspecto da fachada principal durante o período em que o edifício esteve ocupado pelo Regimento de Infantaria 20.

Ângulo das fachadas nordeste e principal antes das obras.

Parte da fachada posterior ao serem iniciados os trabalhos.



temporária. E Rogério de Azevedo queixa-se que a falta de destino concreto a dar ao projecto se faz sentir “no labor de gabinete, pois que a solução interior não acompanha a do exterior quasi toda esclarecida e desenhada, graças em parte aos vestígios que nos deram essa possibilidade e se foram evidenciando ora no próprio sítio ora em escavações e no resto por analogia com as construções francesas coevas do mesmo género, sobretudo do Périgord e da extensa região do Loire”³⁸.

Mediante o levantamento e estudo da relativamente escassa documentação existente sobre o Paço Ducal e perante a hipótese do mestre da traça do Paço ser de origem francesa, Rogério de Azevedo prossegue o seu estudo: “É que na França vamos encontrar os originais com leves variantes, dando-nos certezas na reconstituição, aparte certas minúcias próprias de todos os estilos que até nos vieram coados ou não pela Espanha e que com o 'clima' nacional sofreram alteração na sua pormenorização e indole”³⁹. E continua: “Assim nas regiões do Loire, de Quercy, no Périgord, sobretudo nesta última região, os aspectos são idênticos podendo por isso com segurança trabalhar-se na reconstituição sem receio de fazermos réplica aos castelos de França”⁴⁰.

Referindo-se ao *Auto de medição dos Paços*, de 1761, e particularmente a

38. Rogério de AZEVEDO – *Relatório acerca das obras do Paço dos Duques em Guimarães*, O. S. n.º 2503 de 12 de Agosto de 1938, pp. 2-3, DGEMN: DSID.

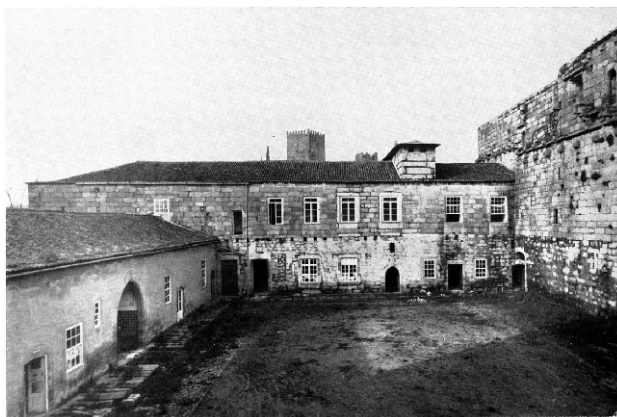
39. *Idem*, p. 10.

40. Rogério de Azevedo refere, em notas, o “Château de la Marithonie em Saint-Jean de Côle que apresenta num dos torreões os mesmos pormenores que os dos torreões da frente do Paço Ducal” e que “alguns pormenores foram resolvidos 'ad hoc' pelo conspecto e observação”. Rogério de AZEVEDO – *Relatório acerca das obras do Paço dos Duques em Guimarães*, O. S. n.º 2503 de 12 de Agosto de 1938, p. 30, DGEMN: DSID.

Fachada principal do pátio antes das obras.

Aspecto das fachadas do pátio vistas de sudoeste antes das obras.

Aspecto das fachadas do pátio vistas de nordeste antes das obras.



Vilhena Barbosa quando, na sua obra publicada em 1886, afirma em relação à fachada nordeste que “pela parte de fora corre por todo o seu comprimento uma alpendrada bem conservada”⁴¹, Rogério de Azevedo refere que aqui a função do alpendre era mais utilitária que ornamental e que a arquitectura francesa medieval a que se tem vindo a reportar “só admitia a alpendrada aberta nas províncias meridionais onde tinham uma certa utilidade”⁴². E continua dizendo que:

41. Vilhena BARBOSA – *Monumentos de Portugal*. Lisboa: 1886, pp. 384. Citado em Rogério de AZEVEDO – *Relatório acerca das obras do Paço dos Duques em Guimarães*, O. S. n.º 2503 de 12 de Agosto de 1938, p. 20, DGEMN: DSID.

42. Sobre este assunto refere, em nota, o livro *Dictionnaire Raisoné de l'Architecture Française du XI au XVI siècle* de Viollet-Le-Duc e, em particular, as entradas “lege” e “appentis”. Também refere a obra *Dictionnaire d'Architecture civile, militaire et navale* de Roland Le Virloys e a entrada “auvent”. Rogério de AZEVEDO – *Relatório acerca das obras do Paço dos Duques em Guimarães*, O. S. n.º 2503 de 12 de Agosto de 1938, pp. 21 e 39-40, DGEMN: DSID.

“A fachada poente era a de menor altura em virtude de parte dela ficar abaixo do nível do terreno que neste ponto estava 3 metros elevado acima do pavimento do rés-do-chão, logo o pavimento nesta ala era cave.

Por esse tempo o sistema de construção não previa impermeabilisadores ou isoladores a que agora se lança mão com tanta facilidade tanto para as humidades telúricas como meteóricas. Para estas recorria-se outrora ao artifício, que muitas vezes redundava em prejuízo pelo abuso, de silharia dobrada formando duas paredes de encosto com juntouros lá de longe a longe, preenchendo-se com barro o espaço intermédio que assim exercia a dobrada função de impermeabilizadora e isoladora. Para

as humidades meteóricas o recurso cifrava-se em afastar o mais possível as humidades do solo do contacto com as paredes visadas. O alpendre servia à maravilha porque não só resguardava a parede de elevação como afastava o inconveniente de que águas da chuva escorressem ao longo dela e se infiltrassem pelo solo causando a permanência da humidade os mais sérios prejuízos”⁴³.

No já referido relatório, Rogério de Azevedo inventaria os trabalhos até então realizados e “do muitíssimo que há a fazer. Assim, começando pela fachada nascente nota-se: retirada de toda a caixilharia; demolição da cobertura (...); construção de cintas de betão armado que servirão posteriormente de frechais; construção das cruces das janelas segundo a época e os vestígios; assentamento de peitoris, quasi todos destruídos ou alterados quando da adaptação a quartel; construção das frestas segundo os vestígios numerosos encontrados e que nos facilitam o serviço (...). Na fachada sul nota-se: desaterro para o suposto verdadeiro nível do terreno; substituição das cantarias das cruces das janelas do rés-do-chão; substituição das aduelas dos arcos que estavam em péssimo estado; construção do mainel que faltava num dos janelões da testa da 'Capela'; construção das duas passagens em galeria dos lados da Capela (...); construção da varanda no torreão NE igual ao de NO aproveitando os vestígios subsistentes; prolongamento da escada orbicular até à varanda no referido torreão NE. Na fachada poente nota-se: demolição da cobertura, caixilharia, etc., etc.; apeamento das paredes com sinais evidentes de má construção, feitas posteriormente quando da instalação duma enfermaria nesta ala⁴⁴; construção das frestas idênticas às da outra ala e às do torreão junto (...). Na fachada principal ainda nada há realizado (...). Passando ao pátio nota-se: na ala poente o trabalho de substituição de aberturas novas pelas primitivas com a fenestragem da época de que havia felizmente todos os vestígios; demolição do ângulo SE pela fragilidade que apresentava em virtude da retirada da escada orbicular que fazia corpo com a parede que neste ponto é extremamente delgada⁴⁵; abertura das frestas primitivas que ladeavam os fogões de aquecimento disseminados por todas as salas em profusão; construção da cornija pingadeira que servia de rufo ao telhado cujo frechal superior se apoiava na cachorrada feita pelos modelos existentes (...). Ainda no pátio nota-se: na ala nascente, a mesma substituição de aberturas recentes pelas primitivas, obedecendo sempre aos vestígios; substituição de janela por porta ogivada (...); entaipamento das pequenas janelas abertas posteriormente sobre as do andar nobre; abertura de frestas e modificação de portas no rés-do-chão, etc., etc. (...). Na parte interna construíram-se paredes divisórias conforme o que se foi apurando na investigação⁴⁶, desentaparam-se chaminés e restauraram-se fogões. Foram-se colhendo elementos para a traça da obra, elementos julgados os mais importantes como os rufos dos telhados que nos dão a inclinação deles e as

43. Rogério de AZEVEDO – *Relatório acerca das obras do Paço dos Duques em Guimarães*, O. S. n.º 2503 de 12 de Agosto de 1938, pp. 21-22, DGEMN: DSID.

44. Rogério de Azevedo refere, em nota, que “é de notar que apareceram todos os vestígios de janelas e frestas que nos guiaram no restauro. Os cachorros dos freschais, truncados até ao paramento da parede, apareceram-nos parece que para nos apagarem as sombras de dúvida sobre o comprimento da alpendrada”. Rogério de AZEVEDO – *Relatório acerca das obras do Paço dos Duques em Guimarães*, O. S. n.º 2503 de 12 de Agosto de 1938, p. 40, DGEMN: DSID.

45. Ver Nota 28. A este propósito, Rogério de Azevedo diz que a escada “foi levada pelos frades Capuchos para a Igreja (...). Ainda entabulei negociações para a aproveitar mas o seu estado é de tal ordem que impossibilitou que a transposição se fizesse”. Rogério de AZEVEDO – *Relatório acerca das obras do Paço dos Duques em Guimarães*, O. S. n.º 2503 de 12 de Agosto de 1938, p. 40, DGEMN: DSID.

46. Em nota, e a este propósito, Rogério de Azevedo refere que “é curioso notar que as paredes interiores feitas de alvenaria ordinária não tinham ligação com as paredes exteriores, encostavam apenas”. Rogério de AZEVEDO – *Relatório acerca das obras do Paço dos Duques em Guimarães*, O. S. n.º 2503 de 12 de Agosto de 1938, p. 40, DGEMN: DSID.

arcadas do claustro cujas aduelas foram aparecendo, ora disseminadas na alvenaria que entaipava janelas e portas ora 'desdobradas' servindo de lagedo dalgumas salas escuras⁴⁷, uma delas que servia de prisão, do regimento”⁴⁸.

E prossegue constatando que “sobre elementos decorativos é o edifício pobre. Nem os fogões nem as paredes acusam qualquer ornato equivalente à sumptuosidade da fábrica. Valeu-lhe a grandeza e o claro-escuro dos seus planos para o ornamento exterior. No interior eram as paredes cobertas de tapeçarias, panos de rás, guadamecins, etc., que foram transportados para Lisboa e desapareceram no terremoto de 1755”⁴⁹.

Conclui o Relatório afirmando: “Julgamos nada mais por agora ter de dizer até à apresentação do trabalho completo com as plantas, alçados e cortes respectivos com que se dará incremento à restauração definitiva do Paço dos duques de Guimarães”⁵⁰.

Passados oito meses sobre o Relatório e dirigindo-se numa comunicação a Baltazar de Castro, Arquitecto Director dos Monumentos Nacionais, Rogério de Azevedo questiona-se sobre a instalação de várias divisões da Câmara de Guimarães no Paço Ducal e de algumas repartições públicas, cujas instalações são de responsabilidade camarária, e solicita o programa da instalação dos aposentos presidenciais “para fazer a necessária adaptação contando com o espaço preciso”⁵¹. Persistia a indefinição do programa e acentuava-se a separação entre os aspectos funcionais, necessários à definição do interior, e o estudo dos alçados.

Dias depois, a 12 de Maio de 1939, Rogério de Azevedo envia a Baltazar de Castro duas variantes à solução do pátio, uma vez que no decorrer do “estudo de reintegração do Paço dos Duques” por ele efectuado lhe terem surgido dúvidas sobre a implantação da escada de acesso à galeria superior do pátio, interrogando-se se teria ou não uma escada. Solicita que essas variantes sejam apreciadas pelo Conselho Superior de Belas-Artes e que sobre elas dêem parecer, de modo a poder “assentar em solução definitiva”⁵². A Variante “A” apresenta uma escada adoçada a um dos lados da galeria, indo do canto Sul do pátio até ao pórtico aberto em frente do portal da Capela. A Variante “B” limita-se à galeria sem acesso exterior, sem escada. Rogério de Azevedo explica que “embora o pátio esteja na tradição peninsular trazida pelos árabes à Espanha, não deixa contudo de notar-se em construções de certa grandeza a ela estranhas”. E, depois de enumerar uma série de monumentos em Espanha, França e Itália que têm pátios com escadas⁵³, continua a sua exposição:

“A justificação da escada compreende-se pela facilidade de acesso do pátio para todos os andares e sobretudo se se atender à utilização da fábrica para museu, biblioteca, arquivo e residência do Chefe de Estado.

As escadas que servem o Paço são, como era de uso, embebidas nas paredes.

Acontece porém, que as únicas escadas que lhe poderão dar acesso,

47. “(...) e que permitiram fazer a sua reconstituição exacta”. Rogério de AZEVEDO – *O Paço dos Duques de Guimarães: preâmbulo à memória do projecto de restauro*. Porto: Liv. de Fernando Machado [depos.], 1942, p. 59.

48. Rogério de AZEVEDO – *Relatório acerca das obras do Paço dos Duques em Guimarães*, O. S. n.º 2503 de 12 de Agosto de 1938, pp. 22-26, DGEMN: DSID.

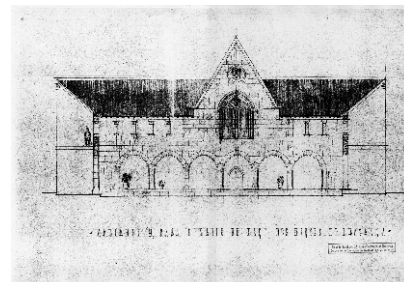
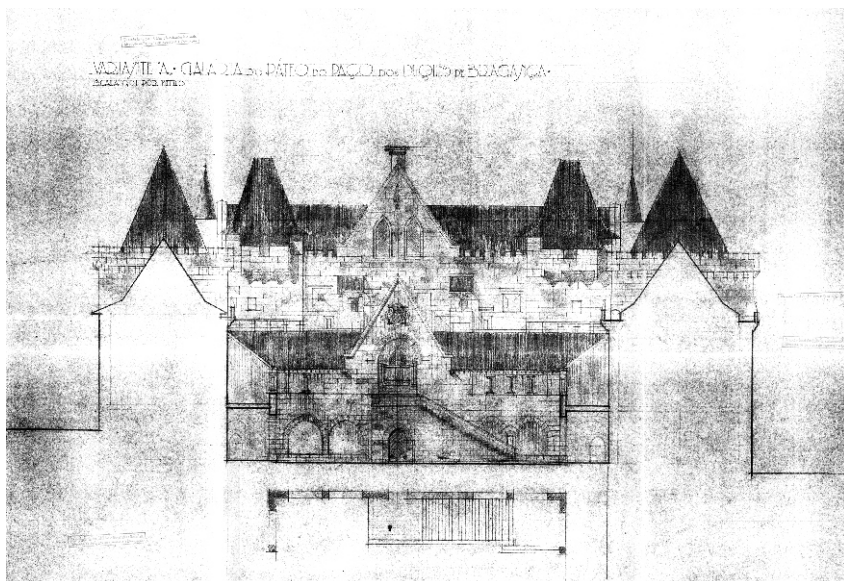
49. *Idem*, p. 26.

50. *Ibidem*.

51. Comunicação n.º 245, Direcção dos Monumentos Nacionais, 2ª Secção, 21 de Abril de 1939. *Paço dos Duques de Bragança, Processo Administrativo*. DGEMN: DSID.

52. Comunicação n.º 290, Direcção dos Monumentos Nacionais, 2ª Secção, 12 de Maio de 1939. *Paço dos Duques de Bragança, Processo Administrativo*. DGEMN: DSID.

53. “(...) o Castelo de Milão tem pátio com duas escadas; Pierrefonds tem escada para a Capela; O Tribunal de Rouen tem pátio e escada; o palácio de Marchessi (Palermo) tem pátio com escada. Em Viterbo há a Loggia papal com escada; em La Wartburg (casa do landgraves) tem pátio e escada; o Palácio ducal de Veneza tem pátio e em Barcelona o Palácio da Generalidad tem pátio com escada”. Rogério de AZEVEDO – “Descrição das Variantes 'A' e 'B' do Pátio do Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães”, 12 de Maio de 1939, p. 2. *Paço dos Duques de Bragança, Processo Administrativo*. DGEMN: DSID.



ainda que indirecto, vão pelo interior da parede da testa da Capela e saem em duas salas (uma de cada lado do eixo do edificio). Dessas salas entra-se em novo patamar de escada que vai sair no coro. Aquele patamar porém, não tem qualquer comunicação com o exterior a não ser percorrendo a antiga sala de comer, salão que corre a todo o comprimento da galeria NO ou o salão que corre a todo o comprimento SE.

A ala da frente NE da qual existe apenas o rés-do-chão, por a cantaria das suas paredes haver sido demolida pelos frades capuchos para a construção do seu convento (...) não acusa vestígios de escadaria. Esta parte do edificio, que até à pouco foi arrumação de achegas para as obras, está a ser revolvida para pesquisas”⁵⁴.

Num artigo publicado duas décadas mais tarde, já depois de terem sido concluídas as obras de restauro, Rogério de Azevedo relata que no dia 26 de Maio de 1939, e na sequência dos trabalhos que se realizavam, teriam aparecido as fundações dos arcos térreos da galeria do pátio e as fundações da escada que do pátio ia ao pórtico da Capela. Fez o levantamento e documentou-se “o melhor possível sobre tal elemento que era peça obrigatória nestes edificios mas de que ignorava a posição exacta”⁵⁵, transformando as dúvidas iniciais em certezas.

Acompanhado de Baltazar de Castro, realiza nos meses de Agosto e Setembro de 1939 uma viagem de estudo aos castelos de França. Têm o propósito de visitar, entre outros, os castelos da Provença e de Alvernia, uma vez que a “própria natureza dos materiais – grês e granito – aproxima-os muito do nosso paço de Guimarães”⁵⁶. No relatório, muito próximo de um

Rogério de Azevedo
“Variante 'A'. Galeria do pátio do Paço dos Duques de Bragança”, 1939 (?). N/ass., n/dat.

Rogério de Azevedo
“Variante 'B' para o pátio do Paço dos Duques de Bragança”, 1939 (?). N/ass., n/dat.

54. Rogério de AZEVEDO – “Descrição das Variantes 'A' e 'B' do Pátio do Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães”, 12 de Maio de 1939, pp. 2-3. *Paço dos Duques de Bragança, Processo Administrativo*. DGEMN: DSID.

55. “A dar-me conta do seu aparecimento recebi naquela data um telegrama do Director do Museu Alberto Sampaio, o meu prestimoso Amigo Alfredo Guimarães que estava com 'olheiro' competente dessas pesquisas nas minhas forçadas ausências. O telegrama estava concebido nestes termos: - 'Queira vir aqui por que apareceu alicerce escada de acesso capela colocada aquem claustro'. Rogério de AZEVEDO – “O Paço do Conde D. Henrique e o Paço dos Duques, de Guimarães”, in *Boletim Cultural*, Vol. XXV. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1962, p. 669.

56. Rogério de AZEVEDO – *Relatório acerca da viagem de estudo aos castelos de França realizada de 1 de Agosto a 15 de Setembro de 1939 e do que mais se viu*, 22 de Setembro de 1939, p. 21. DGEMN; DSID.

diário de viagem pessoal, Rogério de Azevedo preocupa-se mais com considerações sobre as más condições das nossas estradas e museus e do estado de conservação do nosso património, do que em fazer uma descrição arquitectónica dos edifícios visitados, dando preferência aos pequenos apontamentos e acabando por não mencionar as soluções encontradas para os problemas que motivaram a viagem. Não deixa no entanto de referir que embora considerasse que no Paço dos Duques já se encontravam resolvidos “todos os problemas de conjunto que no decurso do estudo, se apresentaram, faltava ainda a confirmação de certas obras interiores, tectos e pavimentos – que a investigação e a dedução nos deram e que felizmente verificamos estarem certos”⁵⁷.

1.2. Os Projectos

São provavelmente de 1939 os primeiros desenhos do projecto de restauro do Paço dos Duques de Bragança que Rogério de Azevedo deixou na DGEMN. Eles são tanto o somatório da investigação bibliográfica e documental, das escavações e das reflexões por ele realizados, como do que entretanto foi sendo por ele concretizado em obra.

O alçado principal, o único de que só se conservava o andar térreo, aquele para o qual a inexistência de documentação era quase total, foi um dos aspectos mais polémicos do projecto apresentado. Rogério de Azevedo aproveitou do existente o portal de entrada que define um eixo com o da Capela e que teria sido protegida por uma estrutura de madeira de que sobreviveram os modilhões. Imediatamente por cima, ao nível do salão de recepções no primeiro piso, propôs a construção de uma varanda apoiada em cachorros e três grandes janelões ogivais preenchidos por grelhas em pedra. Mais tarde fez uma segunda proposta que é visível nas fotos de uma maquete. Neste novo alçado (variante à proposta inicial) as aberturas ao nível do primeiro andar são de uma tipologia idêntica à que foi encontrada, e mantida, nos outros alçados: janela rectangular dividida por uma cruz em cantaria. O novo alçado é rematado na parte superior com um passadiço saliente apoiado em cachorros, transformando o Paço num volume puro, simétrico, racional. A estrutura de cobertura da entrada não foi considerada em nenhuma das propostas, e muito menos a possibilidade de nunca ter tido mais do que um piso ou, mesmo de ter sido assimétrico⁵⁸.

Em 1916 o Arq. Marques da Silva ganhou o concurso público para o projecto do novo edifício dos Paços do Concelho de Guimarães. Para Marques da Silva o novo edifício municipal tinha de representar a síntese das tradições históricas da cidade e marcar a sua individualidade. O projecto era uma imagem compósita que evocava “o 'castelo altaneiro', a capela românica de S. Miguel do Castelo, os Paços dos Duques (na transposição à vida medieval 'em que os guerreiros batiam os sarracenos'), a parte gótica da Igreja de S.

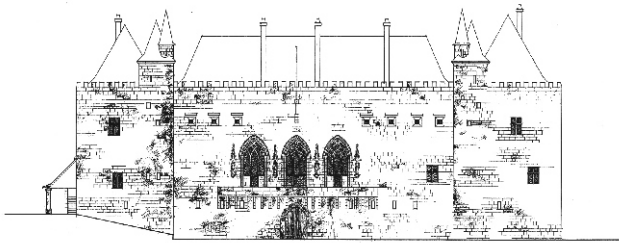
57. Rogério de Azevedo refere que Angers, Loches, Ussé, Langeais, Azay-le-Rideau, Tours, Montbazou, Chenouailles, Amboise, Blois, Valençay, Montresor, Carcassonne, etc., “foram os principais Castelos visitados, entrando nesta categoria o Palácio dos Papas de Avinhão”. Rogério de AZEVEDO – *Relatório acerca da viagem de estudo aos castelos de França realizada de 1 de Agosto a 15 de Setembro de 1939 e do que mais se viu*, 22 de Setembro de 1939, pp. 22-24. DGEMN: DSID.

58. Possibilidade essa bem real uma vez que nada nas fotografias anteriores às obras de restauro mostra que existiu um torreão no lado esquerdo do corpo de entrada. Veja-se José Custódio Vieira da SILVA – *Paços Medievais Portugueses*. Lisboa: IPPAR, 1995, p. 142-143.



24

3



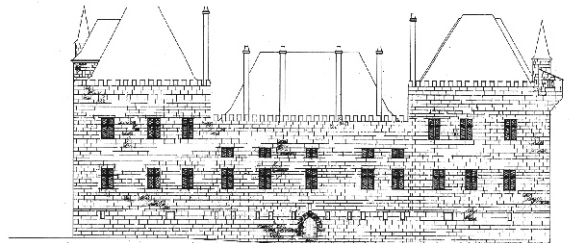
FAÇADE EXTÉRIEURE DE L'ÉGLISE DE SAINT-ÉTIENNE, ÉGLISE DE LIMOGES.

PROJET	ÉLÉMENT	ÉCHELLE	DATE
PROJET	ÉLÉMENT	1/50	1900
PROJET	ÉLÉMENT	1/50	1900
PROJET	ÉLÉMENT	1/50	1900

14

SAINT-ÉTIENNE

6



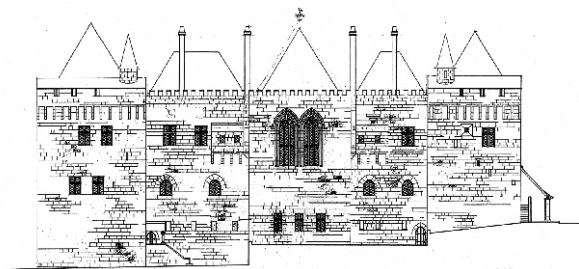
FAÇADE EXTÉRIEURE DE L'ÉGLISE DE SAINT-ÉTIENNE, ÉGLISE DE LIMOGES.

PROJET	ÉLÉMENT	ÉCHELLE	DATE
PROJET	ÉLÉMENT	1/50	1900
PROJET	ÉLÉMENT	1/50	1900
PROJET	ÉLÉMENT	1/50	1900

17

SAINT-ÉTIENNE

8



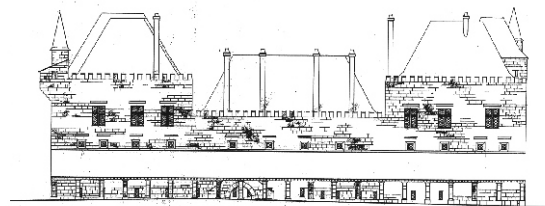
FAÇADE EXTÉRIEURE DE L'ÉGLISE DE SAINT-ÉTIENNE, ÉGLISE DE LIMOGES.

PROJET	ÉLÉMENT	ÉCHELLE	DATE
PROJET	ÉLÉMENT	1/50	1900
PROJET	ÉLÉMENT	1/50	1900
PROJET	ÉLÉMENT	1/50	1900

15

SAINT-ÉTIENNE

7



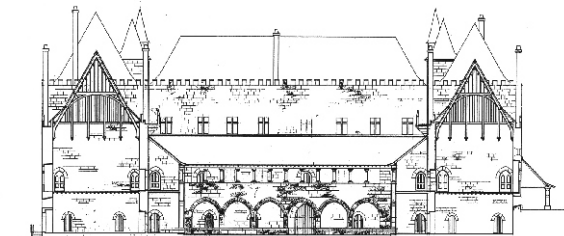
FAÇADE EXTÉRIEURE DE L'ÉGLISE DE SAINT-ÉTIENNE, ÉGLISE DE LIMOGES.

PROJET	ÉLÉMENT	ÉCHELLE	DATE
PROJET	ÉLÉMENT	1/50	1900
PROJET	ÉLÉMENT	1/50	1900
PROJET	ÉLÉMENT	1/50	1900

16

SAINT-ÉTIENNE

11



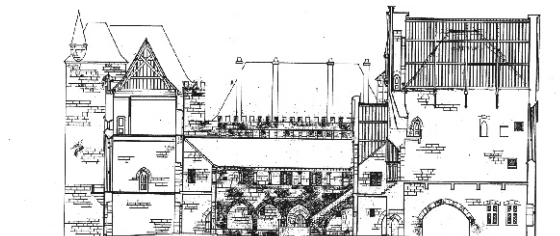
FAÇADE EXTÉRIEURE DE L'ÉGLISE DE SAINT-ÉTIENNE, ÉGLISE DE LIMOGES.

PROJET	ÉLÉMENT	ÉCHELLE	DATE
PROJET	ÉLÉMENT	1/50	1900
PROJET	ÉLÉMENT	1/50	1900
PROJET	ÉLÉMENT	1/50	1900

19

SAINT-ÉTIENNE

9



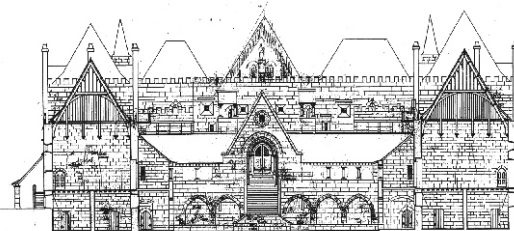
FAÇADE EXTÉRIEURE DE L'ÉGLISE DE SAINT-ÉTIENNE, ÉGLISE DE LIMOGES.

PROJET	ÉLÉMENT	ÉCHELLE	DATE
PROJET	ÉLÉMENT	1/50	1900
PROJET	ÉLÉMENT	1/50	1900
PROJET	ÉLÉMENT	1/50	1900

18

SAINT-ÉTIENNE

10

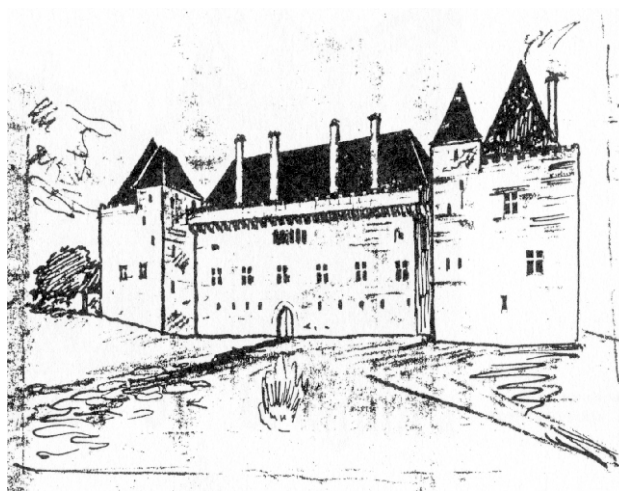
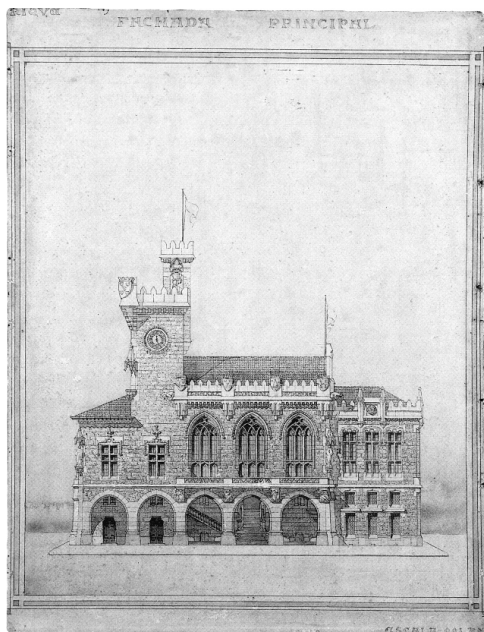


FAÇADE EXTÉRIEURE DE L'ÉGLISE DE SAINT-ÉTIENNE, ÉGLISE DE LIMOGES.

PROJET	ÉLÉMENT	ÉCHELLE	DATE
PROJET	ÉLÉMENT	1/50	1900
PROJET	ÉLÉMENT	1/50	1900
PROJET	ÉLÉMENT	1/50	1900

20

SAINT-ÉTIENNE



Francisco, a Colegiada e a Praça da Senhora da Oliveira (e suas épocas) e sobretudo o, então, actual edifício da Câmara, 'tão característico pelo seu pórtico gótico, de trânsito público, a ligar duas Praças'⁵⁹. A parte essencial no rés-do-chão era constituída pelos vestibulo – aberto em fachada e continuado por um pórtico – e o acesso ao andar nobre, através de uma escadaria que tinha um lugar distintivo e marcava um percurso. As obras dos novos Paços do Concelho começaram em 1924 numa nova Praça rodeada dos mais históricos monumentos da cidade. Devido a várias vicissitudes e mudanças de vontades e de ambiente político, essas obras nunca foram além do rés-do-chão que ficou incompleto. Em 1929 é questionada a falta de amplidão do edifício e a sua proximidade com o Paço dos Duques e, já em 1933, é levantada a hipótese de transformar o Paço dos Duques em edifício para as repartições da Câmara e de dar um outro destino ao novo edifício. Marques da Silva é consultado quanto ao melhor destino a dar ao edifício. A partir de 1936, com os Planos de Urbanização exigidos pelo Ministro Duarte Pacheco, seguidos das “importantes obras que deveriam servir de indestrutível testemunho das Festas Centenárias em Guimarães”⁶⁰, a Câmara pretende em definitivo dar uma nova localização ao edifício dos Paços do Concelho⁶¹.

Rogério de Azevedo obteve, em 1922, o Diploma de Arquitectura pela Escola de Belas Artes do Porto e estagiou com o Arq. Marques da Silva, seu professor. Certamente conhecia o projecto do novo edifício dos Paços do Concelho e a sua memória descritiva e, muito provavelmente, terá acompanhado as peripécias a que ele esteve sujeito. Seja como for, no seu projecto de restauro do Paço dos Duques a proposta inicial para o alçado principal tem

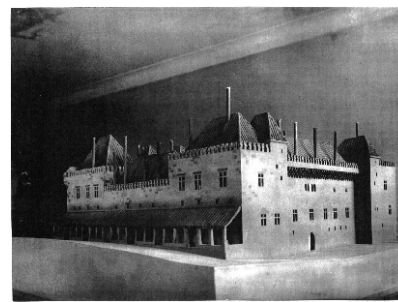
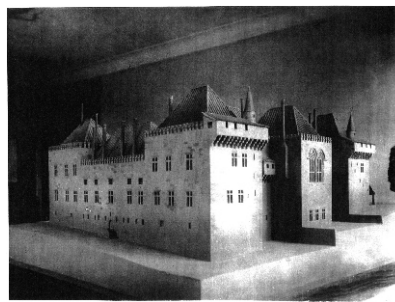
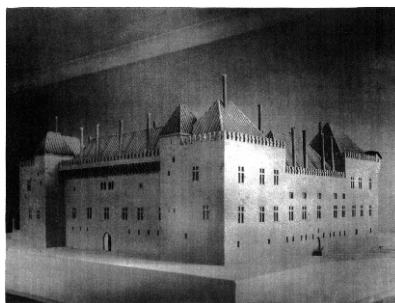
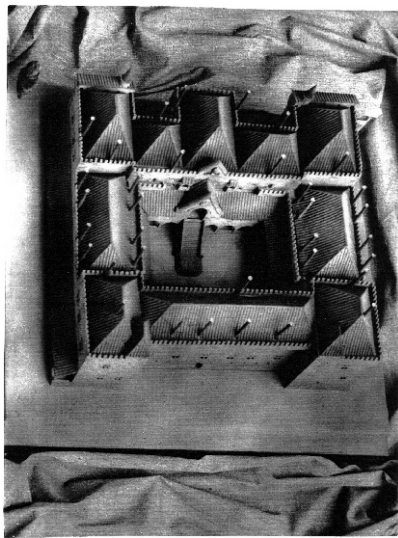
José Marques da Silva
Fachada principal do projecto concurso para os
Paços do Concelho de Guimarães.

Rogério de Azevedo
Alçado poente (variante), 1939-40 (?). N/ass., N/dat..

59. António CARDOSO – *O Arquitecto José Marques da Silva e a arquitectura no Norte do País na primeira metade do séc. XX*. Porto: FAUP, 1997, p. 329.

60. Carta do Capitão Leite de Magalhães (Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Guimarães), enviada a Marques da Silva, datada de Guimarães, 6 de Janeiro de 1940. Arquivo Marques da Silva. Citado em António CARDOSO – *O Arquitecto José Marques da Silva e a arquitectura no Norte do País na primeira metade do séc. XX*. Porto: FAUP, 1997, p. 339.

61. Ver a propósito do novo edifício dos Paços do Concelho de Guimarães: António CARDOSO – *O Arquitecto José Marques da Silva e a arquitectura no Norte do País na primeira metade do séc. XX*. Porto: FAUP, 1997, pp. 322-340.



Maquete. Modelo do restauro, 1940 (?).
Vistas superior e dos ângulos poente, sul e norte.

aparentemente o mesmo espírito do projecto de Marques da Silva: através de um elemento formal unificaria simbolicamente os edifícios públicos mais marcantes da cidade. A ideia de uma possível integração desses elementos já era patente no texto de Alfredo Guimarães anteriormente citado⁶².

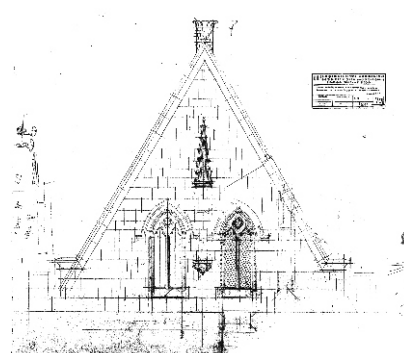
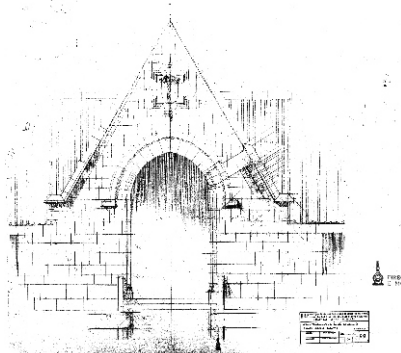
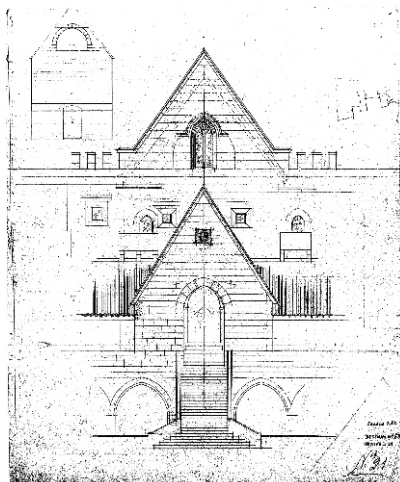
A escada que Rogério de Azevedo projectou partindo do pátio, com um patamar de degraus em leque, seguido depois num lance que terminava junto a uma empena com uma porta de passagem frente ao pórtico da Capela, dando-lhe “um remate solene e condigno”⁶³, surge em desenho e na fotografia de uma maquete, provavelmente de 1940, depois de várias soluções para a mesma terem sido por ele apresentadas. Essa escada, lugar privilegiado do Paço onde se recebiam as pessoas “que se queria honrar e que ao mesmo tempo era marca de nobreza e sinal de poder e de jurisdição, (...) à semelhança do 'perron' francês”⁶⁴ ou escadaria cenográfica, encontra analogia e justificação no desenho de reconstituição do pátio do Tribunal de Ruão, de Viollet-le-Duc⁶⁵. Mas, tal como Rogério de Azevedo referiu na sua *Descrição das Variantes...*, o acesso interior aos paços era feito, nos torreões do corpo da capela, por escadas de caracol. Esta solução era uma prática apenas seguida, até aí, em algumas torres de menagem e em edifícios religiosos de maior porte. Outras escadas de patamar abriam-se no interior do muro de suporte da Capela, permitindo o acesso do pátio à galeria superior. Ora, “esta circunstância invalida a hipótese de Rogério de Azevedo de uma grande escadaria exterior que, do pátio, acedia directamente à capela. Embora ele tenha encontrado as fundações respectivas, só poderia tratar-se de um elemento acrescentado posteriormente ao paço de Guimarães, uma vez que a habitação

62. Ver Nota 15.

63. Rogério de AZEVEDO – *O Paço dos Duques de Guimarães: preâmbulo à memória do projecto de restauro*. Porto: Liv. de Fernando Machado [depos.], 1942, p. 62.

64. *Idem*, pp. 60-61.

65. *Idem*, p. 46.



nobre medieval só nos princípios do século XVI começa a adoptar, e ainda assim excepcionalmente e nunca ao meio da fachada, escadarias exteriores de aparato”⁶⁶.

A realização de sondagens permitiu a Rogério de Azevedo encontrar os alicerces para apoio dos arcos térreos da galeria do pátio. Graças à existência de aduelas sobreviventes foi possível reconstituir um desses arcos e encontrado o módulo que permitiu a reconstituição do pátio. Rogério de Azevedo não especificou se os alicerces foram encontrados em todas as quatro faces interiores. As fotografias anteriores ao restauro mostram que, com excepção do corpo de entrada, as restantes paredes conservavam os orifícios correspondentes ao encaixe das vigas de suporte do pavimento da galeria superior. O corpo noroeste poderia ou não ter tido essa galeria. No seu livro *O Paço dos Duques de Guimarães*, publicado dois anos depois de se ter afastado do projecto, Rogério de Azevedo refere que ao passar do exterior para o interior do Palácio, e “deixando deambular o olhar arguto pelos planos das fachadas para mergulhar na superfície da planta, analisando o seu traçado, a sua especial simetria, a sua regularidade, o seu pátio de galeria, feito tudo dentro de um espírito novo que em França só mais tarde apareceu com a introdução do italianismo, nos fins do séc. XV (...) onde revolucionou a arquitectura senhorial do vale do Loire, essa penetração se teria feito aqui em Portugal, sem revolucionar” uma vez que o “gótico adquirira já, ao contacto da terra portuguesa (...) aquele ar inconfundível, diga-se quasi nacional”⁶⁷. Apesar da falta de testemunhos, foi talvez “a convicção da ascendência italiana do modelo perfilhado por Rogério de Azevedo que o levou à adopção de um pátio e galeria perfeitamente regulares e simétricos”⁶⁸.

Por outro lado, nenhum documento ou vestígio sobrevivente indicia que a fachada principal do Paço, reduzida que estava ao piso térreo, teria sido

Rogério de Azevedo (?)

Empena da capela e escada de acesso à galeria superior, 1939 (?). N/ass., n/dat..

“Alçado parcial – Estudo do vão de acesso à galeria coberta – claustro”, 1939 (?). N/ass., n/dat..

“Alçado parcial – Estudo das fenestraçãoes sobre as escadarias de acesso à galeria coberta – claustro”, 1939 (?). N/ass., n/dat..

(na página ao lado:)

Rogério de Azevedo

Perspectiva, 1938-39 (?). N/ass., n/dat..

Perspectiva, 1939 (?). N/ass., n/dat..

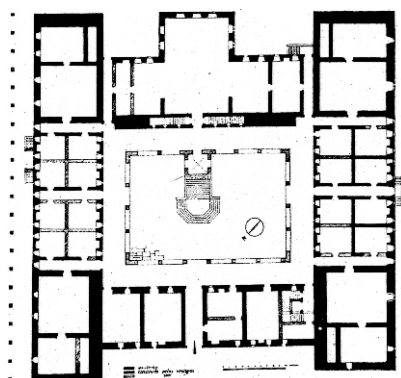
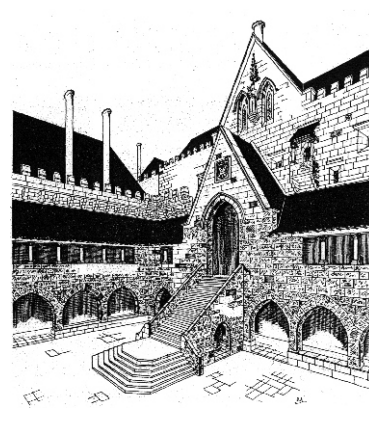
“Perspectiva dum canto do pátio do Paço dos Duques”, 1942

“Plano do Paço de Guimarães (R/C)”, 1942.

66. José Custódio Vieira da SILVA – *Paços Medievais Portugueses*. Lisboa: IPPAR, 1995, p. 144.

67. Rogério de AZEVEDO – *O Paço dos Duques de Guimarães: preâmbulo à memória do projecto de restauro*. Porto: Liv. de Fernando Machado [depos.], 1942, p. 11.

68. José Custódio Vieira da SILVA – *Paços Medievais Portugueses*. Lisboa: IPPAR, 1995, p. 142. Rogério de Azevedo acreditava na influência directa do próprio Conde D. Afonso na sua concepção. Este teria conhecido os modelos do Sul de Itália durante a viagem que realizou a este país, antes da construção do Paço de Guimarães.



maciça, fechada e tão alta. Poderia ter sido rasgada, como uma *loggia*, dando continuidade às galerias do pátio e conferindo outra presença à capela que constitui claramente o eixo de construção do Paço. Esta solução não era estranha em Portugal, veja-se o Paço de Leiria com uma *loggia* enquadrada por dois torreões. O modelo de referência mais próxima do Paço Ducal de Guimarães, com o qual apresenta inúmeras semelhanças, encontra-se no Paço dos reis de Maiorca, em Perpignan, construídos entre 1262 e 1330, e não tanto nos edifícios palacianos do renascimento italiano, ou nos seus sucedâneos franceses⁶⁹. Na sequência das transformações que as residências régias e da nobreza sofreram em França nos séculos XIII e XIV, adaptando-se a moradias que mantinham ainda o aspecto de fortificações, difundiu-se pela Europa, no século XIV, um modelo de Paço constituído por “um corpo de edificio enquadrado por duas alas perpendiculares, unidas, na quarta face, por uma muralha, uma arcaria ou uma galeria, com uma porta ao meio”⁷⁰. A existência da galeria ou *loggia* na fachada “estaria, assim, de acordo com os modelos de além-Pirinéus”⁷¹.

Com a publicação do livro *O Paço dos Duques de Guimarães*, em 1942, onde Rogério de Azevedo escreve o preâmbulo à sua memória do projecto de restauro e afirma ter ido tão longe quanto lhe foi possível, quer na história universal quer nas técnicas operativas da época, para que do restauro de que foi responsável, resultasse obra que se visse, à imagem da lógica do tempo e das sucessivas gerações, inicia-se uma violenta polémica protagonizada por Alfredo Pimenta⁷², com a edição de sucessivas réplicas aos argumentos do autor. Em Junho, Alfredo Pimenta escreve na abertura do seu livro:

“Este trabalho é feito por amor da minha terra.

Não a ofende só quem investe contra ela; ofende-a também quem a

69. Veja-se a este propósito José Custódio Vieira da SILVA – *Paços Medievais Portugueses*. Lisboa: IPPAR, 1995, p. 139-141.

70. José Custódio Vieira da SILVA – *Paços Medievais Portugueses*. Lisboa: IPPAR, 1995, p. 140.

71. Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA; Mário Jorge BARROCA – *História da Arte em Portugal. O Gótico*. Lisboa: Editorial Presença, 2002, p. 116.

72. Alfredo Pimenta (1882-1950). Natural de S. Mamede de Aldão (Guimarães), jornalista e polemista, foi conservador do Arquivo Nacional da Torre do Tombo desde 1931 e seu Director desde 1949, Director do Arquivo Municipal de Guimarães desde 1931, Académico titular e fundador da Academia Portuguesa da História desde 1937.

propósito dela ou das coisas que superiormente a interessam, espalha fantasias ou erros, ensinando mal a sua gente.

Corrigir os erros ou reduzir a termos justos as fantasias é o dever que me imponho (...)”⁷³;

e prossegue, afirmando a sua estranheza por alguém escrever cento e vinte páginas “com a história do Paço dos Duques, quando o que se conhece mal dará para meia dúzia”⁷⁴, comentando em seguida, e com alguma ironia, aquilo que considera erros do autor do projecto de restauro. Identifica dois problemas melindrosos na história do Paço Ducal: “um, puramente histórico – o de quem teria sido o Mestre Arquitecto seu Autor; outro, histórico-estético – o de como teria sido o Paço, antes de cair em ruínas”. Quanto ao primeiro, e referindo-se ao documento de 1460 descoberto por Alfredo Guimarães, onde aparece o nome de Mestre Antom, presumível arquitecto do Paço Ducal, Alfredo Pimenta contrapõe que “não há absolutamente nada que estabeleça relação entre o Senhor dos Paços e o Mestre de pedraria”, admitindo a hipótese de ele poder ser português, e até vimaranense, e não estrangeiro. Relativamente ao segundo problema, Alfredo Pimenta alega que as “reconstituições ideais (...) abonarão, quando muito, o poder imaginativo de artistas e arquitectos”. Afirma que se o Paço dos Duques é exemplar único em todo o país, então “não há norma guiadora da sua reconstituição” e questiona a origem estrangeira de alguns elementos misturados com outros de carácter regional. E conclui que perante a “penúria absoluta de documentos”, qualquer solução que se dê ao Paço será sempre uma solução “puramente conjectural” e que “mercê das 'reconstituições ideais', Guimarães vai ficar na posse de um Palácio sumptuoso, magnífico, digno das coisas mais belas, digno talvez de um Rei”⁷⁵.

Rogério de Azevedo, como autor do livro e do projecto de restauro, não fica calado e responde a Alfredo Pimenta em três opúsculos onde o diálogo pouco amistoso, irónico, e as divergências dos autores mais não fizeram que confirmar a falta de documentação acerca do Paço.

2. Parque do Castelo

Em simultâneo com as obras de restauro do Paço Ducal, a DGEMN procedeu ao restauro dos dois outros monumentos nacionais localizados no Monte Latito: o Castelo fundado pela condessa Mumadona⁷⁶ na segunda metade do século X⁷⁷ e a Igreja românica de S. Miguel do Castelo⁷⁸.

Foi para a envolvente aos três monumentos, zona privilegiada para a realização das manifestações de celebração dos Centenários da Fundação e Restauração de Portugal em 1940, que Rogério de Azevedo elaborou um

Planta de conjunto antes do começo das obras: 1- Castelo, 2-Igreja de S. Miguel do Castelo, 3-parte da antiga muralha, 4-Paço dos Duques de Bragança, 1936 (?).

Planta de conjunto depois das obras com a indicação dos futuros arruamentos, 1937.

Rogério de Azevedo
“Planta topográfica dos terrenos em volta da igreja com o arranjo de urbanização a que se procedeu depois de concluídos os trabalhos de restauro”[: 1- Castelo, 2-Igreja de S. Miguel do Castelo, 3-parte da antiga muralha, 4-Paço dos Duques de Bragança, 5-Monumento a D. Afonso Henriques] - pormenor, 1939.

73. Alfredo PIMENTA – *A propósito do Paço dos Duques em Guimarães*. Guimarães: Arquivo Municipal, 1942, p. 5.

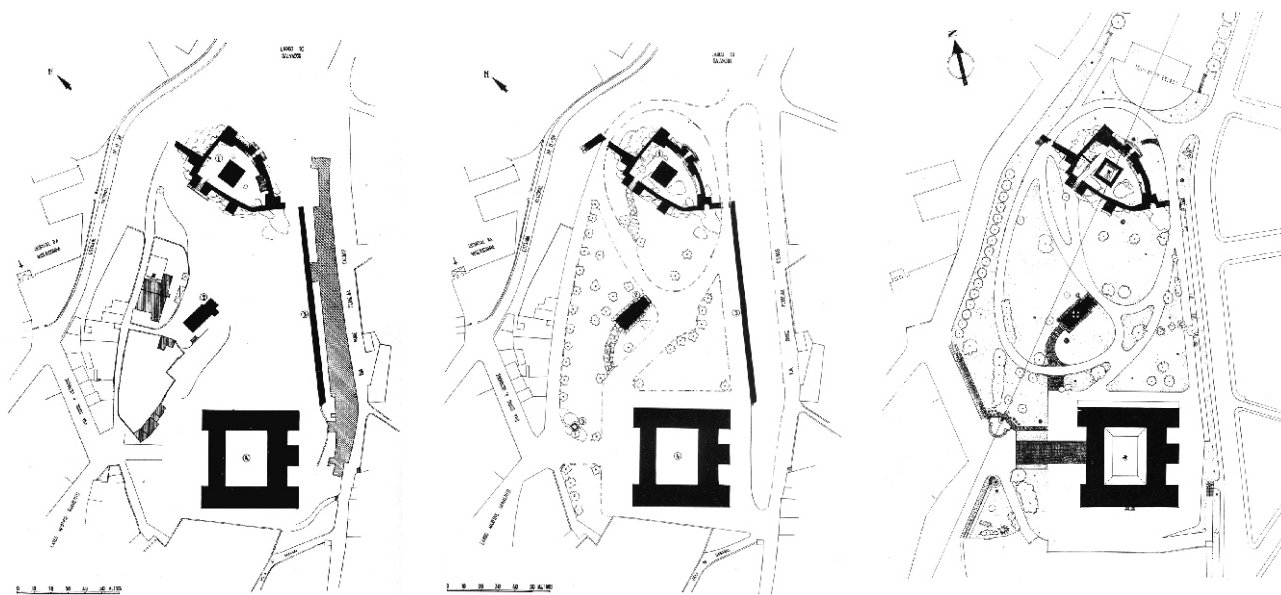
74. *Idem*, p. 7.

75. *Idem*, pp. 18-23.

76. D. Mumadona Dias, dama galega fundadora do Mosteiro de Guimarães e que, para defesa da comunidade que o habitava do ataque dos normandos, mandou edificar um castelo no outeiro próximo que dominava o lugar.

77. O Castelo foi remodelado no final do século XI e reconstruído nos séculos XIII e XIV. Remodelação e reconstrução essas respectivamente atribuídas ao Conde D. Henrique e a D. Dinis, de que resultaram a fase românica com a Torre de Menagem ao centro e o actual castelo gótico rodeado de torres e integrado na cerca defensiva da cidade. A imagem do castelo medieval português está intimamente associada às origens do reino.

78. De planta composta por uma nave longitudinal e uma capela-mor rectangular, construída dentro da antiga cerca baixa do Castelo de Guimarães e que, segundo a tradição, é associada às origens do reino como tendo sido mandada construir pelos condes D. Henrique e D. Teresa, conservando a pia baptismal onde teria sido baptizado D. Afonso Henriques.



estudo de urbanização.

Em Julho de 1935 a Câmara Municipal de Guimarães apresenta à DGEMN um projecto de regularização de terrenos em volta dos três monumentos, definindo as expropriações de casas e terrenos a efectuar. Rogério de Azevedo emite, sobre este projecto, a opinião de que o arranjo dos terrenos “deve limitar-se a grandes superfícies de verduras rasteiras correspondentes à magestade das edificações das quais elas serão a base”⁷⁹, inibindo-se no entanto de fazer qualquer estudo para a envolvente.

No final de 1936 a Câmara apresenta à DGEMN o projecto para a *Regularização dos Terrenos do Parque do Castelo de Guimarães*. Rogério de Azevedo, no seu parecer, considera-o útil e que “tem a virtude de desafogar o terreno que circunda o Castelo e a Capela”⁸⁰. O projecto visa expropriar e demolir as construções a sudoeste do Castelo de modo a regularizar os terrenos e arruamentos limítrofes, e vai de encontro à prática de desafogamento dos monumentos seguida pela DGEMN e, simultaneamente, é pretexto para marcar o espaço envolvente como parque monumental. É aprovada a comparticipação da DGEMN no projecto. Entretanto, e na sequência do mesmo, Baltazar de Castro solicita a Rogério de Azevedo que elabore o estudo da zona de protecção do Castelo, Igreja de S. Miguel e Paço dos Duques de Bragança, definindo a área que julgue necessária a fim de evitar de futuro quaisquer construções sem a prévia aprovação pela DGEMN⁸¹.

Com o incumprimento por parte da Câmara Municipal de Guimarães na execução dos trabalhos de regularização dos terrenos do Parque do Castelo, deixando expirar os prazos⁸², e antes de realizar qualquer estudo de urbanização, Rogério de Azevedo esboça o enunciado dos limites possíveis para uma futura zona de protecção abrangente⁸³.

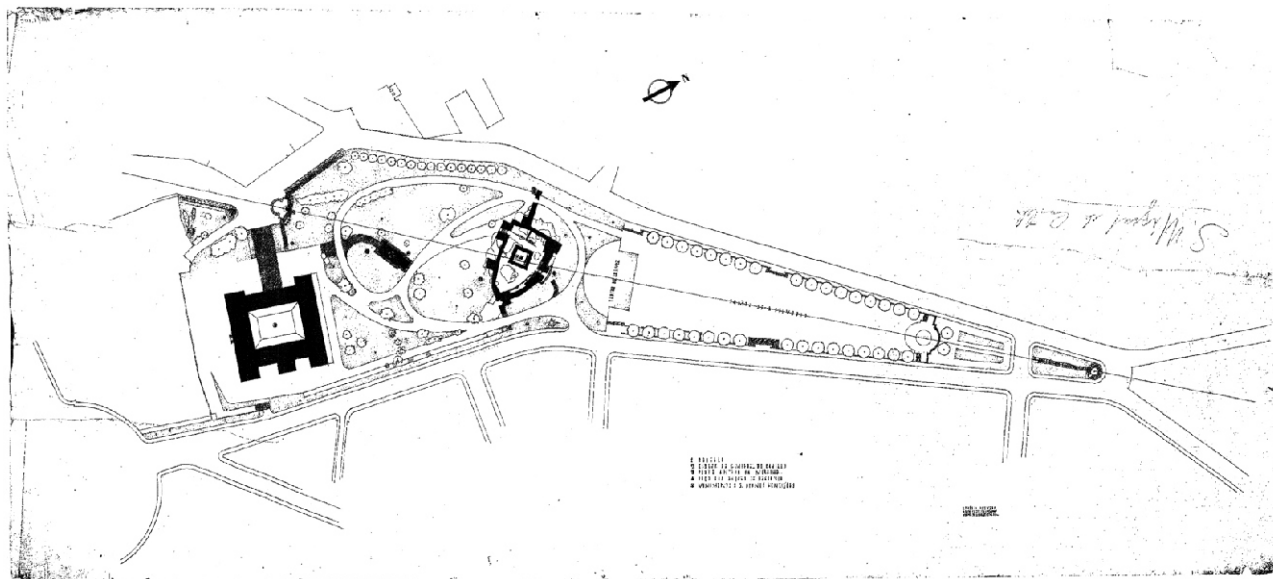
79. Comunicação n.º 404, Direcção dos Monumentos Nacionais do Norte, 2 de Julho de 1936. *Castelo de Guimarães, Processo da Zona de Protecção*. DGEMN: DSID.

80. Comunicação n.º 786, Direcção dos Monumentos Nacionais, 1ª Secção, 14 de Novembro de 1936. *Castelo de Guimarães, Processo da Zona de Protecção*. DGEMN: DSID.

81. O. S. n.º 1419, Direcção Geral Edifícios e Monumentos Nacionais, 2 de Agosto de 1937. *Castelo de Guimarães, Processo da Zona de Protecção*. DGEMN: DSID.

82. Para esse efeito a DGEMN tinha concedido à Câmara Municipal de Guimarães um prazo de três meses. O. S. n.º 9769, de 10 de Dezembro de 1936. *Castelo de Guimarães, Processo da Zona de Protecção*. DGEMN: DSID.

83. Comunicação n.º 21, Direcção dos Monumentos Nacionais, 2ª Secção, 5 de Janeiro de 1938. *Castelo de Guimarães, Processo da Zona de Protecção*. DGEMN: DSID.



Já no final de 1938, em carta dirigida ao Ministro das Obras Públicas, e tendo como certo que à volta do Castelo de Guimarães se irão realizar em 1940 “grandes manifestações patrióticas celebrando a passagem dos Centenários”⁸⁴, o Presidente da Câmara Municipal de Guimarães levanta a questão do Largo de S. Salvador, vasta superfície a norte do Castelo, alertando para a conveniência de esse largo e as ruas que lhe dão acesso também serem objecto de um plano de urbanização, de preferência em conjunto e de harmonia com o dos terrenos anexos aos três monumentos.

Perante as novas possibilidades que o alargamento da área de intervenção urbana proporciona, Rogério de Azevedo faz chegar a Baltazar de Castro o ante-projecto de urbanização para os terrenos em volta dos três monumentos incluindo, a pedido da Câmara, o Largo de S. Salvador⁸⁵. Ao documento junta um esquisso de sugestão para a mudança do Monumento a D. Afonso Henriques, da autoria de Soares dos Reis. No ante-projecto Rogério de Azevedo valoriza a importância do Largo no conjunto tratando-o como uma “enorme plateia onde o povo caberia à larga para assistir a representação ao ar livre tendo por palco a pequena encosta que vem do Castelo e como cenário, como 'pano de fundo', o Castelo”⁸⁶. A ideia é-lhe sugerida pela memória que guarda de um espectáculo comemorativo de Gil Vicente realizado nesse mesmo local. Para o Largo de S. Salvador propõe realinhar as suas margens de modo a criar uma praça regular e um eixo entre o seu vértice e a Torre de Menagem do Castelo. Para o local onde estão implantados os Monumentos Nacionais o arranjo seria

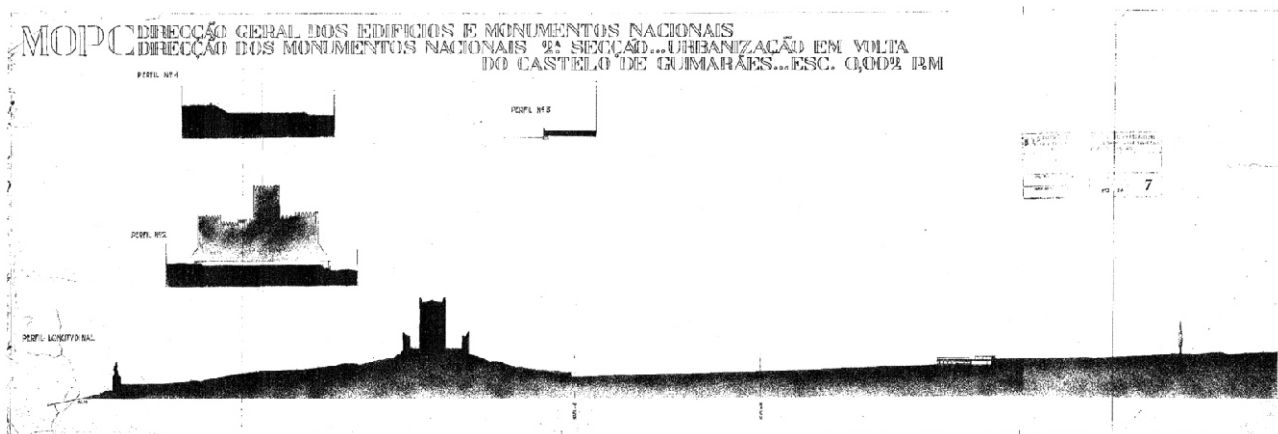
Rogério de Azevedo

Urbanização em volta do Castelo de Guimarães, planta. 1939. Ass., n/dat.: Rogério Azevedo, Arquitecto; Viana de Lima, desenhou.

84. Carta da Câmara Municipal de Guimarães, 28 de Novembro de 1938. *Castelo de Guimarães, Processo da Zona de Protecção*. DGEMN: DSID.

85. Comunicação n.º 155, Direcção dos Monumentos Nacionais, 2ª Secção, 18 de Fevereiro de 1939. *Castelo de Guimarães, Processo da Zona de Protecção*. DGEMN: DSID.

86. Rogério de AZEVEDO – *Memória acerca do ante-projecto de urbanização a que se refere a O. S. n.º 4388, de 21 de Dezembro de 1938*. 18 de Fevereiro de 1939. *Castelo de Guimarães, Processo da Zona de Protecção*. DGEMN: DSID.



Rogério de Azevedo
Urbanização em volta do Castelo de Guimarães,
perfis. 1939. N/ass., n/dat..

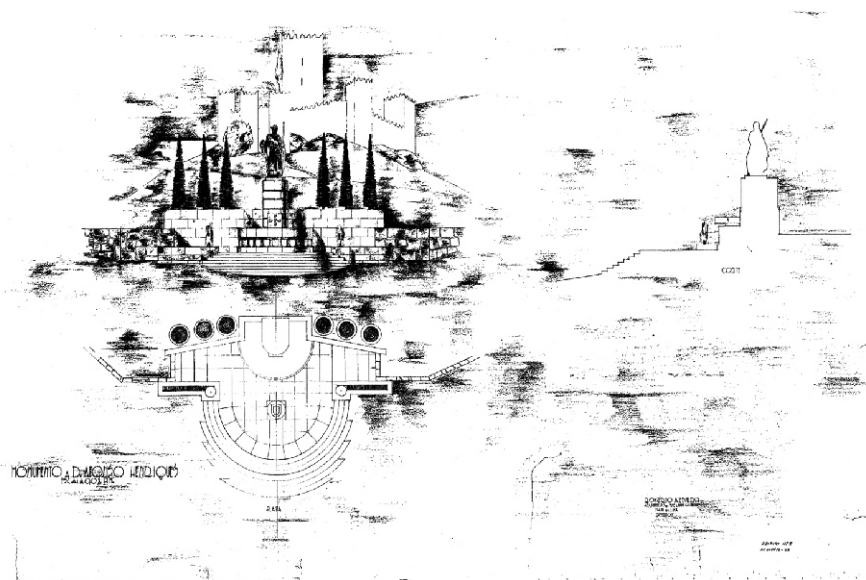
“(…) de naturêsa simples para que os artificios não prejudiquem a belêsa rude dos Monumentos. Assim, o arruado que circunda o Castelo, a meio do percurso, desdobrava-se para permitir o acesso à porta principal da fortaleza. O terreno circundante seria semeado de mato rasteiro para não adocicar a paisagem.

A entrada para este recinto dos Monumentos seria alargada aparecendo na bifurcação do arruamento para o Paço dos Duques e para a Misericórdia o Monumento a D. Afonso Henriques, deslocada a estátua do lugar em que agora está, do Toural, para o que se faria o arranjo necessário (...)”⁸⁷.

Mês e meio mais tarde Rogério de Azevedo entrega o projecto definitivo. Nele desenvolve as ideias iniciais, associando ao espírito do lugar valores de representação e encenação do estado e da sua unidade. Como núcleo principal encontra-se o conjunto formado pelos três monumentos que “ficariam engastados no combro arrelvado que desde o Castelo vai ao Paço dos Duques”⁸⁸. As margens deste espaço seriam as duas ruas que vêm do vértice do Largo de S. Salvador passando uma a norte, pelo Hospital da Misericórdia e a outra ao sul, junto das muralhas que seriam restauradas e seguindo até à Praça onde está implantado o novo edifício dos Paços do Concelho. Para não devassar o recinto, deixa apenas um acesso aos automóveis e algumas passagens para peões. O patamar que circunda o Paço dos Duques seria alargado no lado sudeste para o que se construiria um muro de suporte de terras pois “o muro que presentemente existe torna o patamar

87. *Idem*.

88. Rogério de AZEVEDO – *Memória acêrca do projecto de urbanização da zona em volta dos três monumentos nacionais – Castelo, Capela de S. Miguel e Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães*. O. S. n.º 228 de 15 de Fevereiro de 1939. *Castelo de Guimarães, Processo da Zona de Protecção*. DGEMN: DSID.



exageradamente mesquinho em relação à grandêsa do edifício”⁸⁹. Na entrada no recinto, na bifurcação para o parque e para a Misericórdia, ficaria o Monumento a D. Afonso Henriques, colocando a estátua “do nosso primeiro Rei no seu verdadeiro lugar de vigilante dos seus lugares de infância, projectando-se a sua figura bem modelada no Castelo”⁹⁰. Rogério de Azevedo prossegue a sua Memória... descrevendo o Monumento com todos os detalhes:

Rogério de Azevedo
Monumento a D. Afonso Henriques, Guimarães.
Planta, corte e alçado, 1939. Ass., n/dat.: Rogério
Azevedo, Arquitecto; Viana de Lima, desenhou.

“Para este Monumento, procurou-se o mais possível a forma simples como convem à responsabilidade de quem tem de arranjar conjunto para estátua de tal categoria que só por si forma o Monumento.

Contudo, procuramos, integrar dentro do ambiente (...), usando a cantaria a pico fino para não adocicar o granito com lavrados improprios.

Ficaria a estátua apoiada em peanha de granito da região chamado 'de galho' com as juntas horizontais – largas e com as fiadas feitas a pico grosso. Esta peanha teria uma base em semicirculo que reservavamos à homenagem de tôdas as provincias de Portugal ao fundador da Nacionalidade. Consistiria esta homenagem (...) em que tôdas as Juntas de Provincia oferececem, fundido em bronze o brazão da respectiva Capital de Provincia incluindo Colonias.

(...) Nas parêdes laterais, levantadas no granito fino de Fafe gravar-se-iam na propria pedra 6 estrofes dos Lusiadas, com os gravados a ouro – 3 em cada pano – referidas à sua proclamação como Rei, à Batalha de Ourique com a criação das quinas, etc., etc.

Estas quinas ficariam na base do Monumento, sôbre o semicirculo

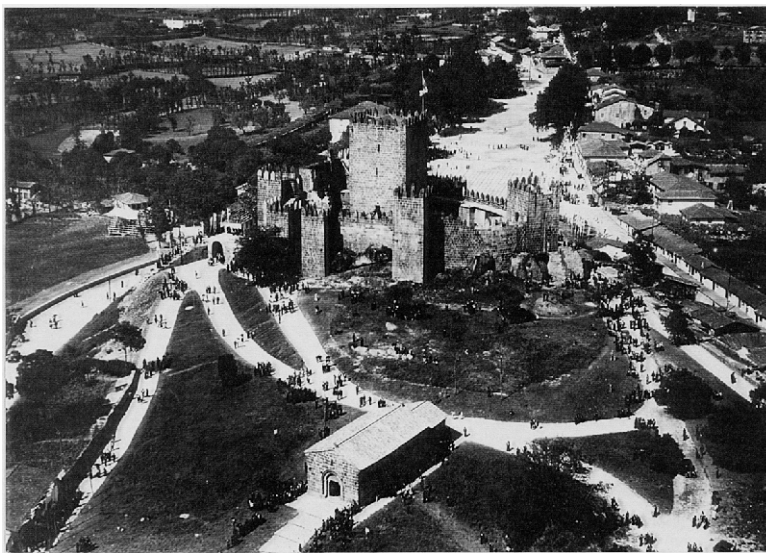
89. *Idem.*

90. *Idem.*



Monumento a D. Afonso Henriques, Guimarães, 1940 (?).

Arranjos de urbanização em volta do Castelo de Guimarães, 1940 (?).



onde se encontram os braços das Províncias.

No chão, e com a altura suficiente para que não possa ser calcado, ficaria esculpido o escudo nacional”⁹¹;

e conclui propondo para o agora Campo de S. Salvador um espaço para serviço público, destinado a santinas, mictórios e bebedouros. Na parte superior desse espaço ficaria um terraço para uma banda de música quando isso fosse necessário.

O Ministro das Obras Públicas aprova o projecto ainda na sua versão inicial, de ante-projecto⁹², mas determina que, quanto ao Monumento a D. Afonso Henriques, conviria desenvolver a sugestão apresentada, aperfeiçoando-a e pormenorizando-a. Coisa que Rogério de Azevedo faz, entregando o projecto definitivo a 17 de Abril de 1939. Os trabalhos de Urbanização em Volta do Castelo e a construção do Monumento a D. Afonso Henriques iniciam-se em Dezembro desse ano.

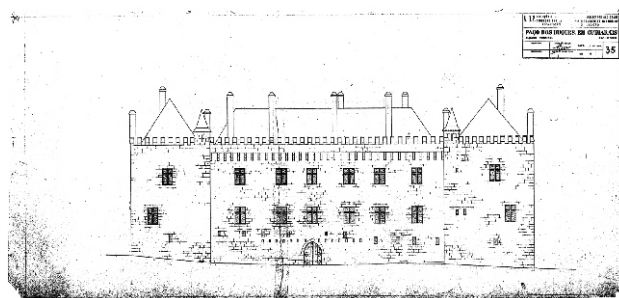
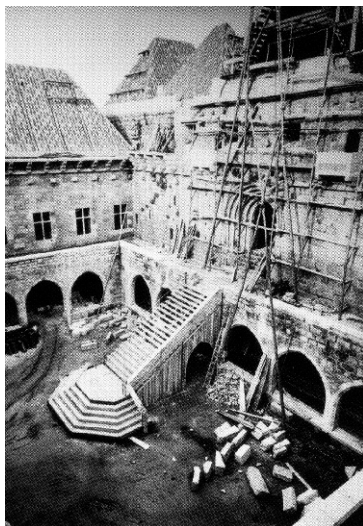
Nos meses de Agosto e Setembro de 1939 Rogério de Azevedo realizara a já mencionada viagem de estudo aos Castelos de França. Em quase todos os castelos visitados havia parques e neles encontrou um paralelo com o conjunto por ele projectado para o parque envolvendo o Castelo, a Igreja de S. Miguel, o Paço dos Duques e o Monumento a D. Afonso Henriques, trazendo consigo a certeza da justeza das suas opções no projecto do Parque do Castelo⁹³.

De 3 para 4 de Junho de 1940, na comemoração dos 800 anos da Fundação de Portugal, o Presidente da República, Óscar Carmona, e o Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, pernoitaram na Torre de Menagem,

91. *Idem*.

92. Por despacho de 12 de Abril. As “obras de urbanização das zonas de protecção do Castelo e Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães”, entram no rol de obras a realizar no âmbito das Comemorações pelo Decreto-Lei N.º29.663, de 6 de Junho de 1939. *Revista dos Centenários*, Ano 1, n.º 7, 30 de Julho de 1939, p. 26.

93. Rogério de AZEVEDO – *Relatório acerca da viagem de estudo aos castelos de França realizada de 1 de Agosto a 15 de Setembro de 1939 e do que mais se viu*, 22 de Setembro de 1939, p. 24. DGEMN: DSID.



dentro das muralhas do Castelo, devidamente preparada para o efeito. O ajardinamento completo da zona do Castelo, o alargamento do terreiro em volta do Paço Ducal e o Monumento a D. Afonso Henriques encontravam-se concluídos. No Largo de S. Salvador não foram realizadas obras.

Construção da escada projectada por Rogério de Azevedo, 1943 (?).

Alçado principal, 1947. N/ass., dat..

(na página ao lado:)

Corte longitudinal, 1947. N/ass., dat..

Planta do segundo piso, 1947. N/ass., dat..

3. Conclusão das obras e desenhos finais

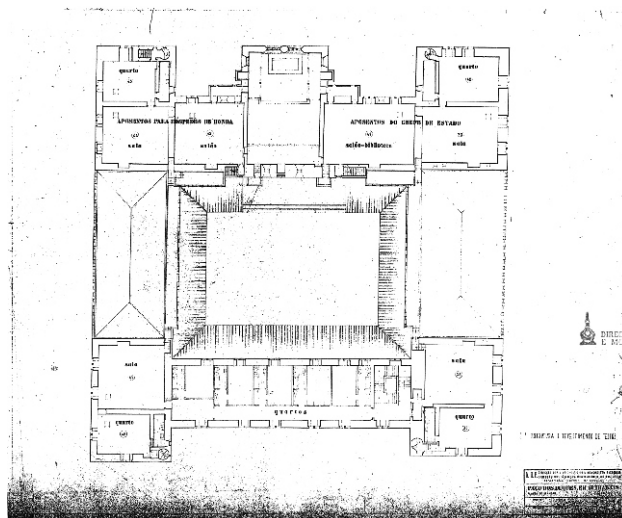
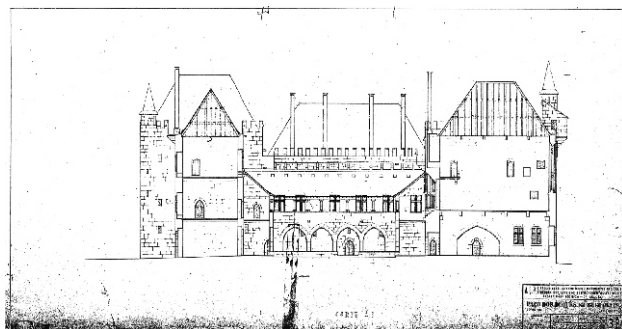
Em 1941, depois de Rogério de Azevedo ter abandonado a DGEMN, iniciava-se a construção da fachada principal, provavelmente de acordo com o desenho da Segunda proposta. As obras compreenderam o apeamento de paredes, a execução de janelas germinadas, o assentamento de cachorros e ameias e a construção do frechal de betão armado⁹⁴.

Nesse mesmo ano, e nos dois anos seguintes, foram sendo sucessivamente abertos concursos de empreitadas para a execução de passadiços, de tectos em madeira, das portadas e respectivas ferragens, de caixilhos de ferro para as janelas exteriores, de vitrais e do assentamento das coberturas dos telhados e de ameias, e da escavação completa de todo o pátio interior para pesquisa dos alicerces primitivos.

Na estimativa das obras a realizar durante o ano de 1943 estava incluída a construção completa da escada de acesso à galeria superior do pátio e da empena principal da Capela⁹⁵, tendo sido a obra executada segundo o projecto de Rogério de Azevedo. Em 1944 foi construída a estrutura do coro da Capela, em betão armado e, em 1945, foi demolida a escada do pátio e reconstruídas três das arcadas.

94. Como consta nas propostas de ajuste particular para a execução de trabalhos no Paço, Maio de 1941. *Paço dos Duques de Bragança, Processo de Obra*. DGEMN: DSID.

95. Estimativa de 27 de Novembro de 1942 a que se refere a Comunicação n.º 838, de 17 de Dezembro de 1942, da 2ª Secção – Porto. *Paço dos Duques de Bragança, Processo de Obra*. DGEMN: DSID.



96. A este propósito Rogério de Azevedo relata que toda a documentação sobre as escadas “desapareceu misteriosamente” após a minha saída dos Monumentos, assim como a escada, que chegou a construir-se, foi implacavelmente arrasada. Apesar de tudo, a escada existiu. Vd. Rubio y Balaguer in *Vida española en la época gótica*, pág. 88. Esta obra é de 1943, posterior ao meu estudo, não tendo sido ela, portanto, que me orientou. Contudo transcrevo o que lá se diz por confirmar o que tinha estudado em face do que apareceu: *En el palacio y en la mansión señorial, un patio central contenía la escuela noble que conducía al piso principal. La comunicación con las otras plantas se establecía mediante estrechas escaleras interiores.*

A edição é de Alberto Martin, Barcelona, 1943. Para lá poderem dar espectáculos, não houve dúvidas em sacrificar um dos elementos mais característicos destes Palácios, como se os pátios de comédias existissem nesta época (séc. XV)!... O telegrama que me vinha dirigido pessoalmente (ver nota n.º 55) foi posteriormente por mim entregue (1957) ao Ex.mo Sr. Engenheiro Gomes da Silva, Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Foi o único elemento que então não desapareceu por ter ficado na minha posse”. Rogério de AZEVEDO – “O Paço do Conde D. Henrique e o Paço dos Duques, de Guimarães”, in *Boletim Cultural*, Vol. XXV. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1962, pp. 669-670.

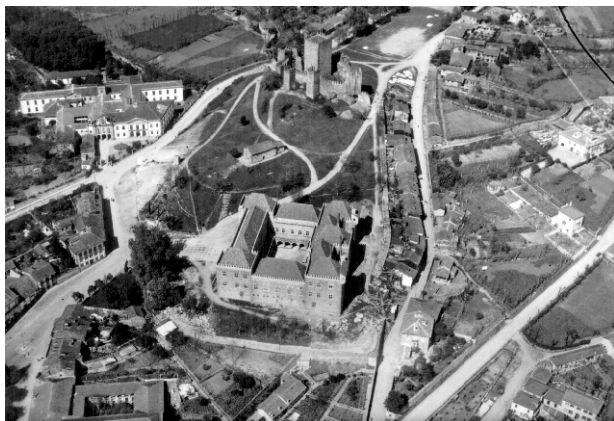
97. Comunicação n.º 130, Direcção dos Monumentos Nacionais, 8 de Abril de 1942, *Paço dos Duques de Bragança, Processo Administrativo*. DGEMN: DSID.

98. Informação, 1943. *Paço dos Duques de Bragança, Processo Administrativo*. DGEMN: DSID.

Através do auto de medição do Paço dos Duques de 1761 ficaram-se a conhecer muitas das características do edifício cerca de 300 anos antes. Contudo, o Paço Ducal não tem hoje duas das características que Rogério de Azevedo sempre defendeu que teria tido na altura: o alpendre e a escada de acesso à Capela. O alpendre, presente em todos os desenhos de Rogério de Azevedo, desapareceu sem que tal tenha gerado polémica. O mesmo não sucedeu com a escada. Chegada a ser construída, desapareceu do projecto final do restauro efectuado pela DGEMN⁹⁶. A empena principal da Capela e a entrada na galeria superior do pátio, igualmente presentes nos desenhos e na maquete, também desapareceram no projecto final da DGEMN.

Entretanto, no plano das obras a realizar em 1942 tinha sido incluída a conclusão de várias salas de modo a ser possível iniciar-se a instalação do Museu Alberto Sampaio. Joaquim Areal, Arq. Chefe da Secção do Norte, informa Baltazar de Castro, em comunicação de 8 de Abril, da inviabilidade de tal objectivo porque a pesquisa de “todos os elementos arquitectónicos, gráficos e bibliográficos” ao alcance da secção “são insuficientes para se executar o que se pretende com honestidade e veracidade arqueológica”, tornando impossível a realização de “uma obra de honesta reintegração” e chama a atenção para a necessidade “urgente” de se realizar uma viagem a Espanha para consulta de alguns monumentos góticos⁹⁷.

Esta situação manteve-se até 1947 apesar de Joaquim Areal ter afirmado ao Eng. Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, em 1943, que a “Direcção reúne, há cerca de dois anos, todos os elementos susceptíveis de esclarecerem as obras de restauro do Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães, tanto na sua estrutura geral como nos numerosos pormenores de construção e decoração que é necessário realizar”⁹⁸ apesar da falta de se faz



sentir da não realização da viagem a Espanha. Como consequência, não foi possível obter-se uma ordenação de trabalhos que permitissem o acabamento parcial e sucessivo dos vários corpos do edifício. As investigações, entretanto efectuadas, centraram-se na decoração das salas: pintura de tectos, de paredes, de vitrais, pavimentos, rodapés, ferros, etc. Paralelamente, e após diversos estudos quanto à sua composição, colorido e carácter, foi solicitado ao pintor Guilherme Camarinha que elaborasse o estudo completo dos vitrais das duas janelas grandes da Capela.

Novos desenhos do projecto de restauro são realizados em 1947, conjuntamente com o orçamento das obras de conclusão do Paço. Mas o traçado a dar ao edifício ainda não estava completamente consolidado. Neles é proposta a cobertura da galeria superior do claustro com um alpendre – excepto em frente do pórtico da Capela –, o arranjo interior da Capela é esboçado e a empena no exterior desaparece, as estruturas e a altura dos telhados, assim como o desenho das chaminés, só então são definidos. Continuavam as adaptações para a instalação no Paço Ducal dos Paços do Concelho ou dos serviços culturais de Guimarães (Arquivo Municipal e Biblioteca) e do Museu Alberto Sampaio, e continuava a indecisão quanto aos pormenores e acabamentos interiores e exteriores. O programa de expropriações e arranjos exteriores continua, lenta e paralelamente, desde 1946.

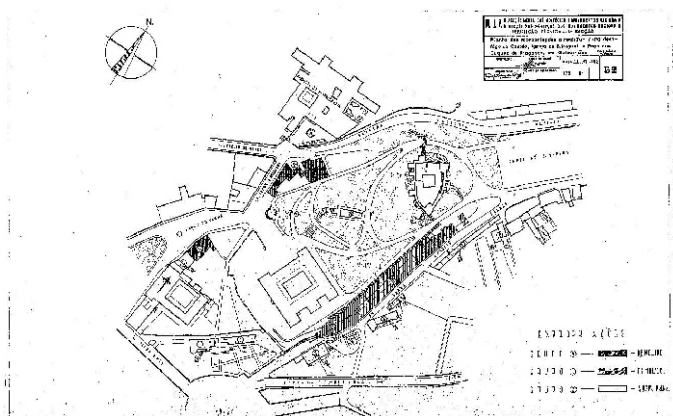
Em 1949 o Arq. Baltazar de Castro, um dos dois grandes responsáveis pelas obras de restauro do Paço Ducal, deixa a DGEMN e todo o processo sofre com esse facto.

Já em 1954, o projecto para o Largo de S. Salvador realizado por Rogério de Azevedo é reapreciado. A regularização do terreno e taludes, a construção de escadarias e esgotos, a plantação de árvores em falta e o arrelvamento são os trabalhos visados. O pavilhão no extremo norte, destinado a instalações sanitárias, não é considerado⁹⁹. No Paço Ducal o desenho final do remate da cobertura do pátio junto ao acesso principal à Capela, e do seu arranjo

Vista aérea durante os arranjos exteriores, 1952.

Campo de S. Salvador, 2/3/1953.

99. Comunicação n.º 603, Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, 2ª Secção, 30 de Junho de 1954. *Castelo de Guimarães, Processo de Zona de Protecção*. DGEMN: DSID.



“Planta das expropriações a realizar para desafogo do Castelo, Igreja de S. Miguel e Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães”, 1953.

100. Foi Ministro das Obras Públicas de 2 de Abril de 1954 a 12 de Abril de 1967.

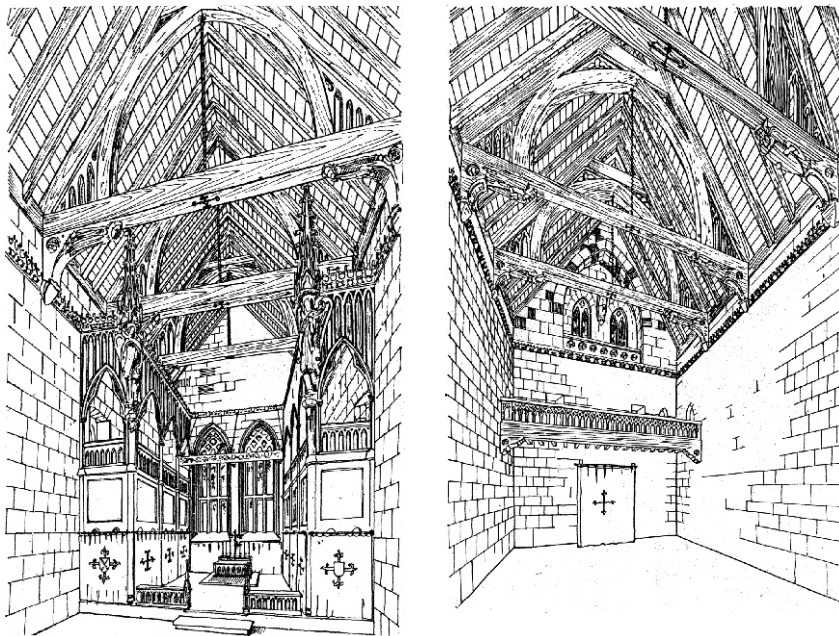
101. “S.R. – Ministério das Obras Públicas – Gabinete do Ministro – Visita a Guimarães em 20 de Julho de 1954”, 22 de Julho de 1954. *Castelo de Guimarães, Processo de Zona de Protecção*. DGEMN; DSID.

102. *Idem*.

103. *Idem*. A necessidade de concluir as obras de restauro levou o Arq. Vaz Martins a realizar uma viagem de estudo pela Europa e Médio Oriente, tendo visitado a zona do Loire, a Itália, o Líbano, a Síria e as cidades de Alexandria e Cairo, no Egipto. Após o seu regresso, orientou os trabalhos para a conclusão das carpintarias estruturais da capela, salões nobres e cobertura da galeria do pátio do Paço Ducal. Maria João Baptista NETO – *A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, 1 vol.. Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995 (policopiado), p. 431.

interior, continua indefinido. É solicitada, mais uma vez, uma autorização para a realização de uma missão de estudo por Espanha e França para resolver estes e outros problemas. Essa viagem realiza-se no ano seguinte com a aprovação do então Ministro das Obras Públicas Eduardo Arantes e Oliveira¹⁰⁰, depois da visita que efectuou a Guimarães no dia 20 de Junho, e em cujo relatório faz o levantamento dos principais problemas e soluções para a urbanização em volta do Castelo. Nele, considerando a criação de uma zona arborizada na encosta a norte e a noroeste da Praça da Mumadona, antiga Praça do novo edifício dos Paços do Concelho, e a “demolição ou ocultação, até onde for possível, de todas as construções que pelo seu péssimo aspecto comprometem 'à priori' qualquer possibilidade de resolução do problema”, incumbe o Arq. Luís Benavente da tarefa¹⁰¹. Refere ainda que a arborização em torno do Castelo, Capela e Paço Ducal deve ser realizada de modo a evitar a compartimentação dos três monumentos e que o Campo de S. Salvador deverá “conservar o aspecto de Terreiro, destinado a manifestações cívicas, exibições ao ar livre, etc”, regularizando e completando a arborização na sua orla, excepto no topo do lado do Castelo¹⁰². Sobre a conclusão do restauro do Paço dos Duques de Bragança determina a realização rápida do estudo da capela, da cobertura do claustro e da residência presidencial, assim como do mobiliário para a sala do Paço Ducal e considera insatisfatórios os acabamentos dos tectos e das portas¹⁰³.

A 24 de Janeiro de 1955 é solicitado ao Arq. Luís Benavente um estudo com a definição de todas as obras a realizar para a integral conclusão da obra de restauro do Paço dos Duques de Bragança e do arranjo da zona envolvente. Esse estudo fica concluído a 22 de Março do ano seguinte dando continuidade à tendência, iniciada no projecto dos anos trinta, de destacar os monumentos demolindo os anexos e casarios próximos. A 25 de Fevereiro desse mesmo ano, na sequência das visitas que efectua aos distritos de Viana do Castelo, Braga e Porto, o Ministro das Obras Públicas produz um relatório em que, em



Rogério de Azevedo

“Reconstituição ideal e segundo os vestígios, da capela, vendo-se o altar”, 1942.

“Reconstituição ideal e segundo os vestígios, da capela, vendo-se a tribuna”, 1942.

ralação ao Paço Ducal, determina e continua a assumir a condução do processo:

- Aprova o arranjo previsto para os tectos das salas grandes do 2º piso;
- Aprova a conjugação da cobertura do claustro com a Capela;
- Pede um projecto mais pormenorizado sobre o restauro da Capela;
- Diz que o trabalho nos capitéis das colunas de suporte da cobertura do 2º piso do claustro, “que está excessivamente grosseiro”, deve ser levado mais longe;
- Põe completamente de parte a possibilidade de modificação das coberturas dos diversos corpos do Paço, prevista no projecto;
- Prevê a possibilidade de todo o último piso ser utilizado como residência do Chefe do Estado;

e conclui pedindo a revisão do projecto num prazo não superior a 30 dias¹⁰⁴.

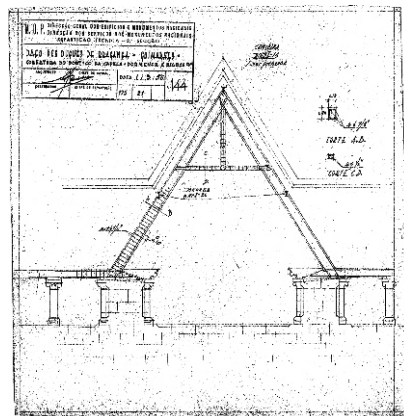
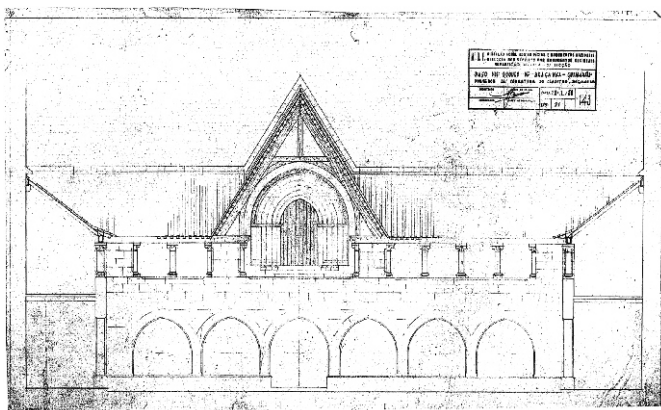
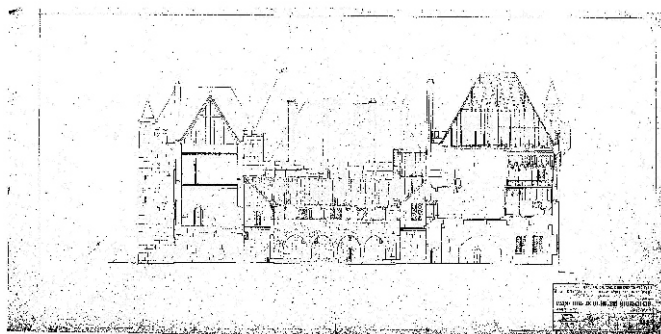
Os relatórios dando conta do andamento das obras sucedem-se semanalmente e são assinados pelo Arq. Alberto da Silva Bessa.

Durante o mês de Junho de 1956 o Ministro informa o Eng. Henrique Gomes da Silva¹⁰⁵, em sucessivos despachos, do seu interesse pelo estudo pormenorizado da Capela¹⁰⁶ e do projecto do alpendre exterior junto da fachada nordeste do Paço publicados no livro do Arq. Rogério de Azevedo sobre o Paço dos Duques, solicitando a maior brevidade na apresentação de soluções e pormenorização destas obras. Na fachada nordeste já existiam uma pingadeira e os cachorros de cantaria para o apoio do alpendre. O projecto para o

104. Comunicação n.º 1435, Direcção dos Serviços dos Serviços dos Monumentos Nacionais, Repartição Técnica, 7 de Março de 1956. *Paço dos Duques de Bragança, Processo Administrativo*. DGEMN: DSID.

105. Director Geral da DGEMN desde a sua criação.

106. “(...) a ampla e graciosa Capela cujos janelões, na fachada sudeste são a única nota externa brincada, no interior dois coros ladeando o altar, cada qual com seu fogão e uma tribuna com escape para varanda alpendrada para onde se subia por série de 4 degraus; os vitrais coloridos e figurados correspondentes aos janelões da fachada sudeste, os acessos privativos para evitar confusões e todos poderem recolhidamente receber os confortos espirituais, desde os amos aos servidores; (...)”. Rogério de AZEVEDO – *O Paço dos Duques de Guimarães: preâmbulo à memória do projecto de restauro*. Porto: Liv. de Fernando Machado [depos.], 1942, p. 62.



Corte longitudinal, 1955. N/ass., dat..

“Pormenor da cobertura do claustro”, 1956. N/ass., dat..

“Cobertura do pórtico da capela - pormenor”, 1956. N/ass., dat..

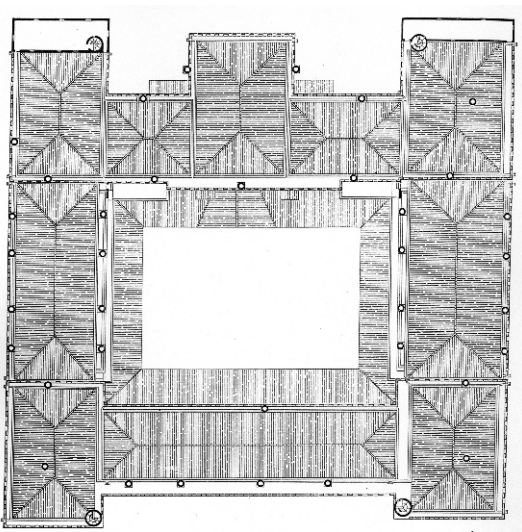
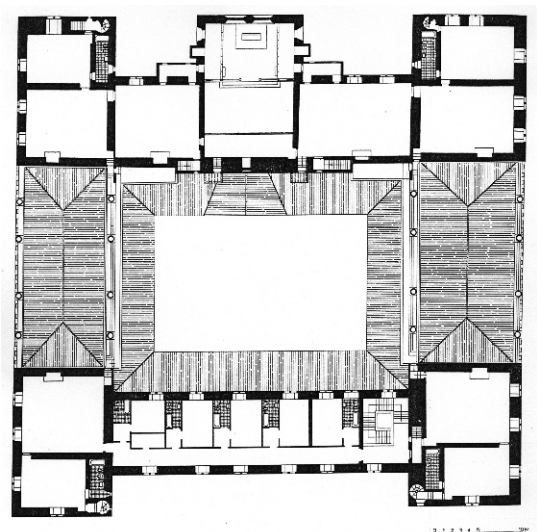
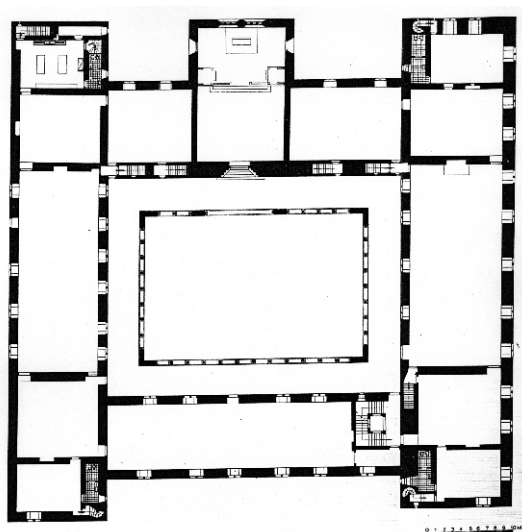
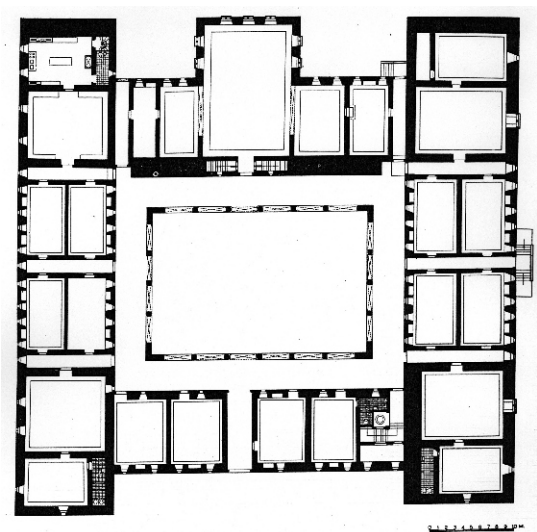
arranjo do interior da Capela, fundamentado no projecto de Rogério de Azevedo, teve de ser adaptado devido ao já construído e, sobretudo, às características da cobertura. Entretanto deu-se início à aquisição de mobiliário e peças decorativas.

São também de 56 os desenhos do alçado da cobertura do pórtico da Capela, sendo que o traçado do arco dessa cobertura obedeceu ao traçado do arco da porta da Capela, “visto que todo o pórtico foi, como não podia deixar de ser, subordinado aos elementos de cantaria existentes naquela fachada”¹⁰⁷.

O restauro do Paço dos Duques levou cerca de 25 anos a concluir-se tendo sido solenemente inaugurado a 24 de Junho de 1959. Todo o primeiro andar foi transformado num museu representativo dos séculos XVII, XVIII e XIX, tendo como temática: mobiliário, faianças, armas e tapeçarias. A Presidência da República ficou reduzida a sete aposentos no segundo andar com duas suites, uma em cada extremidade, e cinco quartos intermédios para a comitiva. O segundo andar, voltado para nascente, foi destinado a instalações para o director do Paço.

Publicado em Dezembro de 1960, *O Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais* sobre o Paço dos Duques de Bragança revela, em texto e intervenção anónima, a preocupação que a DGEMN tinha

107. Comunicação n.º 1138, Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, 2ª Secção, 6 de Novembro de 1956. *Paço dos Duques de Bragança, Processo Administrativo*. DGEMN: DSID.



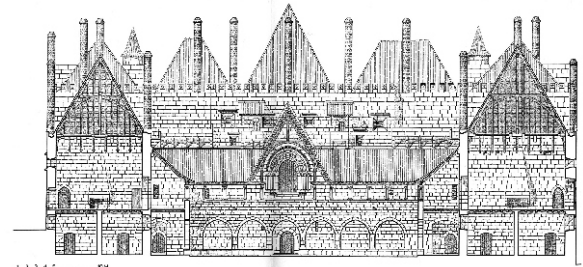
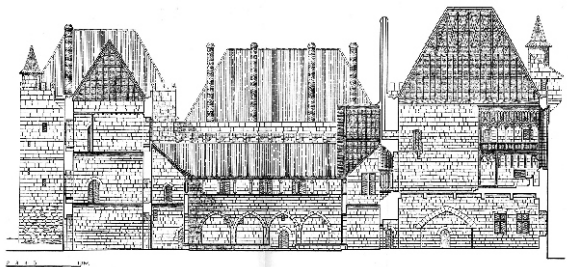
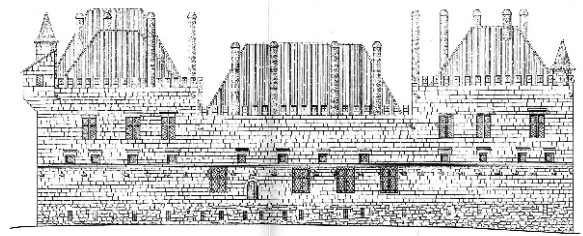
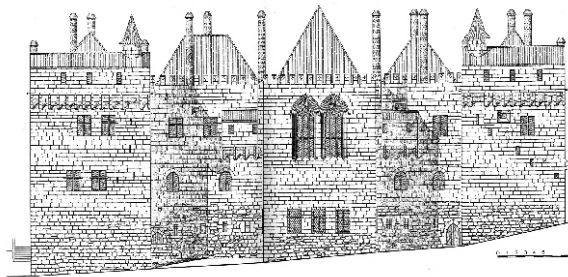
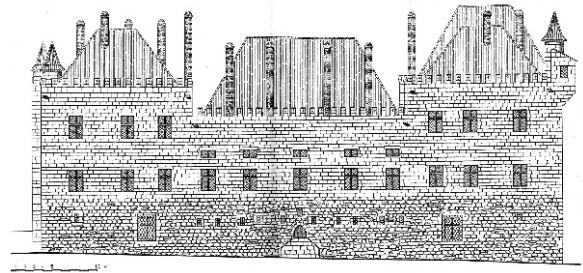
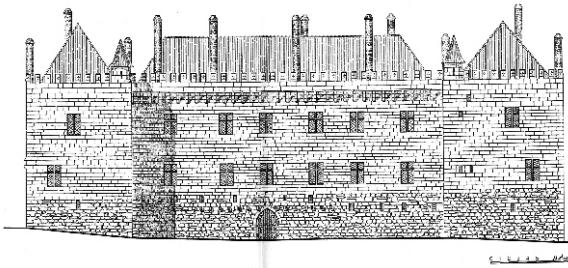
O Paço dos Duques de Bragança depois das obras,
1959-60. N/ass., n/dat..

Planta térrea.

Planta do segundo andar.

Planta do primeiro andar.

Planta das coberturas.



Alçado principal.

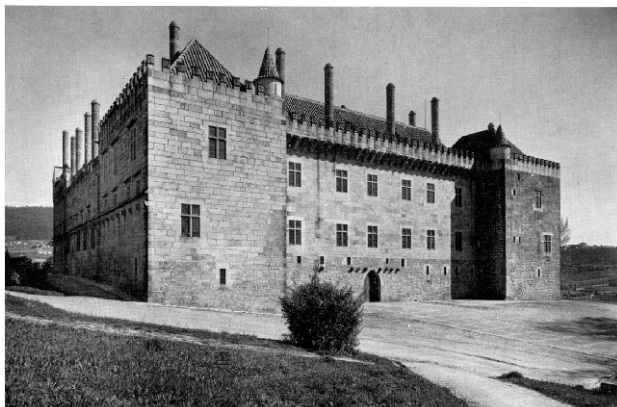
Alçado lateral sudoeste.

Alçado posterior.

Alçado lateral nordeste.

Corte longitudinal.

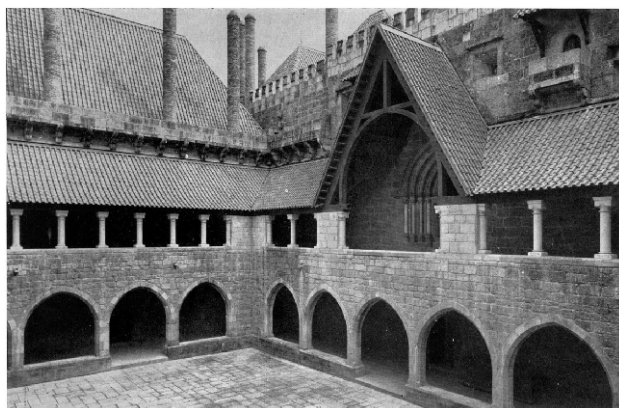
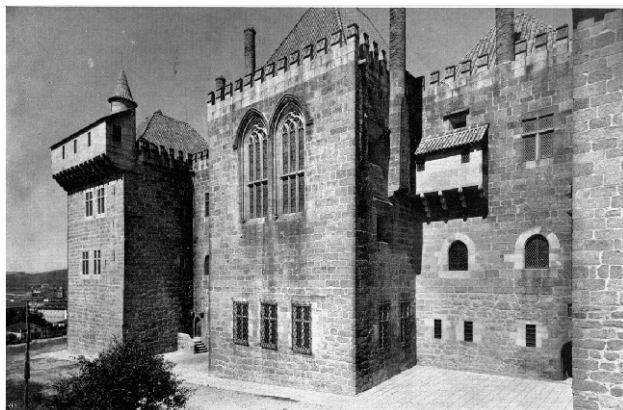
Corte transversal.



Aspecto da fachada principal depois das obras, 1960.

Parte da fachada posterior depois dos trabalhos, 1960.

Fachada principal do pátio depois das obras, 1960.



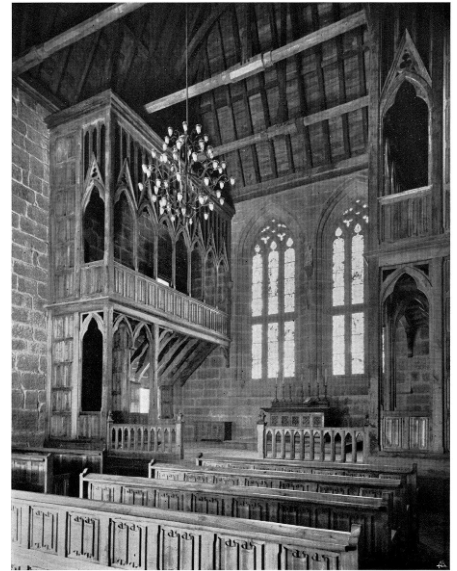
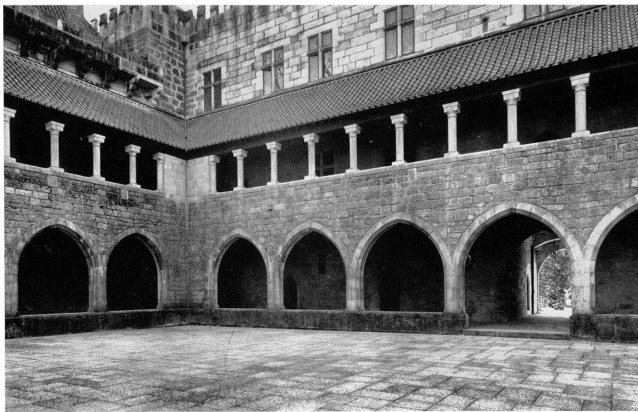
em documentar gráfica e fotograficamente todos os paços do restauro, mostrando a decadência do *antes* e a dignidade recuperada do *depois*. Após uma *notícia histórica* fortemente apoiada no Relatório realizado por Rogério de Azevedo, sintetiza assim as *obras de restauro* realizadas ao longo de mais de 20 anos: “Estudado o edifício, comparado com outros do estrangeiro que possivelmente teriam influenciado a sua traça, examinada cuidadosamente a escassa documentação conhecida, procedeu-se à sua reintegração, tão rigorosa como o permitiram esses elementos de estudo”¹⁰⁸.

Nas campanhas de obras da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a inexistência de projectos prévios de restauro constituía uma prática comum para as intervenções realizadas nos monumentos, sendo as programações dos trabalhos feitas à medida que estes iam evoluindo e executadas através de empreitadas parcelares e consecutivas. Nelas, a desornamentação, a clareza e univocidade de leitura, o predomínio das vistas e do espaço vazio, o gosto pela exposição de espaços e volumes prismáticos e um considerável ressentimento contra tudo o que veio sobrepor-se a essa matriz ideal, eram referências presentes na ideologia do regresso às origens, do estabelecimento do aspecto primitivo dos edifícios na sua clareza fundaci-

108. Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, n.º 102, Dezembro de 1960, p. 25.

Parte da fachada do pátio fronteira à capela depois das obras, 1960.

Vista do interior da capela depois das obras, 1960.



onal que o tempo teria destruído, e marcaram a actuação da DGEMN nas primeiras décadas da sua existência. Por outro lado, paralelamente à procura da reutilização dos materiais antigos provenientes de escavações e demolições, não havia a necessária investigação histórica sobre os materiais e as técnicas utilizadas, tendo sido executadas estruturas de betão armado, *mascaradas* com revestimentos de madeira ou pedra, não tanto com a intenção de não se alterar visualmente o carácter dos monumentos mas mais por uma questão de percepção visual, numa interpretação algo livre de princípios incluídos na Carta de Atenas de 1931.

Sem se vincular às preocupações de natureza ideológica, Rogério de Azevedo encarnou, desde o início, os critérios definidos pela DGEMN e escrupulosamente seguidos pelo seu Director e amigo Arq. Baltazar de Castro. Autor de diversos relatórios, mostram uma sensibilidade consentânea com a instituição em que estava inserido e onde, por vezes, não se definem critérios de análise e a superficialidade das palavras não deixa vislumbrar as soluções a adoptar. O conjunto dos seus desenhos de projecto e esboços mostram o recurso a uma grande variedade de formas de representação no desenvolvimento e ilustração de ideias e são, de uma maneira geral, detalhados e

acompanhados por pormenores decorativos elaborados, denotando-se o gosto pelas texturas e pelo claro-escuro, mas o trabalho final realizava-se em obra.

Encontrando-se a estrutura do Paço Ducal muito adulterada, e na ausência de elementos seguros para a sua reedificação, uma parte foi virtualmente inventada. Mas Rogério de Azevedo desenvolveu o seu trabalho através da análise dos elementos sobreviventes, recolocando-os onde estavam ausentes, nunca trabalhando a partir do nada, antes procurando comprovação nas ruínas existentes.

Transformado num espaço de representação do Regime, o Paço Ducal de Guimarães “poderá ser interpretado de duas maneiras algo paradoxais: como um dos derradeiros avatares da metodologia de restauro de Viollet-Le-Duc”¹⁰⁹, encontrando-se entre uma das intervenções mais inventiva realizada pela DGEMN; “ou como um monumento moderno, pois a sua conclusão situa-se já em pleno período de expansão e afirmação das linguagens modernistas, tendo-lhe sido permeável”¹¹⁰, prestando-se a uma leitura racional. Seja como for, pela sua longa duração, trata-se do exemplo mais extremo de uma intervenção no património em Portugal.

109. Paulo PEREIRA – “(Re)trabalhar o Passado. Intervenção no Património Edificado”, in Annette BECKER; Ana TOSTÕES; Wilfried WANG (orgs.) – *Arquitectura do Século XX. Portugal*. Lisboa, Frankfurt: Deutsches Architektur-Museum/Prestel/Portugal-Frankfurt 97/Centro Cultural de Belém, 1997, p. 100.

110. *Ibidem*.

Créditos das imagens

Pág. 6

Desenho publ. in *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da DGEMN*, n.º 102, Dezembro de 1960.

Pág. 16

DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340013.

Pág. 17

DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340013, DESENHO.006515.
DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340012, DESENHO.006518.
DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340013, DESENHO.006516.
DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340012, DESENHO.006517.
DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340012, DESENHO.006519.

Pág. 18

DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340013, FOTO.050333.

Fotografia publ. in *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da DGEMN*, n.º 102, Dezembro de 1960.

Fotografia publ. in *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da DGEMN*, n.º 102, Dezembro de 1960.

Pág. 19

Fotografia publ. in *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da DGEMN*, n.º 102, Dezembro de 1960.

Fotografia publ. in *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da DGEMN*, n.º 102, Dezembro de 1960.

DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340013, FOTO.050209.

Pág. 22

Paço dos Duques de Bragança. Processo Administrativo. DGEMN, DSID 266.
Paço dos Duques de Bragança. Processo Administrativo. DGEMN, DSID 266.

Pág. 24

DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340013.
DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340013.
DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340013.
DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340013.

Pág. 25

DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340013, DESENHO.006527.
DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340013, DESENHO.006530.
DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340013, DESENHO.006528.
DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340013, DESENHO.006529.
DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340013, DESENHO.006532.
DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340013, DESENHO.006531.
DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340013, DESENHO.006533.

Pág. 26

Desenho publ. in António CARDOSO – *O Arquitecto José Marques da Silva e a arquitectura no Norte do País na primeira metade do séc. XX*. Porto: FAUP Publicações, 1997, p. 381.

Desenho publ. in Miguel TOMÉ – *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: FAUP publicações, 2002, p. 399.

Pág. 27

DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340013, FOTO.050251.
DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340013, FOTO.050262.
DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340013, FOTO.050246.
DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340013, FOTO.050249.

Pág. 28

DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340013, DESENHO.006581.
DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340013, DESENHO.006582.
DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340013, DESENHO.006583.

Pág. 29

Desenho publ. in Miguel TOMÉ – *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: FAUP publicações, 2002, p. 401.

DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340013, DESENHO.301030.

Desenho publ. in Rogério AZEVEDO – *O Paço dos Duques de Guimarães: preâmbulo à memória do projecto de restauro*. Porto: Liv. de Fernando Machado [depos.], 1942, p. 60.

Desenho publ. in Rogério AZEVEDO – *O Paço dos Duques de Guimarães: preâmbulo à memória do projecto de restauro*. Porto: Liv. de Fernando Machado [depos.], 1942, p. 45.

Pág. 31

DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340011, DESENHO.041696.
DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340011, DESENHO.041703.

Desenho publ. in *Igreja de S. Miguel do Castelo, Boletim da DGEMN*, n.º 20, Junho de 1940.

Pág. 32

DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340006, DESENHO.041724.

Pág. 33

DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340011, DESENHO.006326.

Pág. 34

DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340011, DESENHO.006327.

Pág. 35

DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340013, DESENHO.050402.
DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340011, FOTO.050075.

Pág. 36

DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340013, FOTO.598669.
DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340013, DESENHO.006548.

Pág. 37

DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340013, DESENHO.006546.
DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340013.

Pág. 38

DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340013, FOTO.508666.
DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340011, FOTO.050109.

Pág. 39

DGEMN: DSID, IPA nº PT010308340013, DESENHO.006565.

Pág. 40

Desenho publ. in Rogério AZEVEDO – *O Paço dos Duques de Guimarães: preâmbulo à memória do projecto de restauro*. Porto: Liv. de Fernando Machado [depos.], 1942, p. 63.

Desenho publ. in Rogério AZEVEDO – *O Paço dos Duques de Guimarães: preâmbulo à memória do projecto de restauro*. Porto: Liv. de Fernando Machado [depos.], 1942, p. 64.

Pág. 41

DGEMN: DSID, IPA nº PT010308340013, DESENHO.006651.

DGEMN: DSID, IPA nº PT010308340013, DESENHO.006556.

DGEMN: DSID, IPA nº PT010308340013.

Pág. 42

DGEMN: DSID, IPA nº PT010308340013, DESENHO.011307.

DGEMN: DSID, IPA nº PT010308340013, DESENHO.011306.

DGEMN: DSID, IPA nº PT010308340013, DESENHO.011309.

DGEMN: DSID, IPA nº PT010308340013, DESENHO.011308.

Pág. 43

DGEMN: DSID, IPA nº PT010308340013, DESENHO.011301.

DGEMN: DSID, IPA nº PT010308340013, DESENHO.011300.

DGEMN: DSID, IPA nº PT010308340013, DESENHO.011304.

DGEMN: DSID, IPA nº PT010308340013, DESENHO.011303.

DGEMN: DSID, IPA nº PT010308340013, DESENHO.011302.

DGEMN: DSID, IPA nº PT010308340013, DESENHO.011305.

Pág. 44

DGEMN: DSID, IPA nº PT010308340013, FOTO.050631.

DGEMN: DSID, IPA nº PT010308340013.

DGEMN: DSID, IPA nº PT010308340013, FOTO.508667.

Pág. 45

Fotografia publ. in *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da DGEMN*, n.º 102, Dezembro de 1960.

DGEMN: DSID, IPA nº PT010308340013, FOTO.050671

As Edições Caseiras, publicadas pelo Centro de Estudos Arnaldo Araújo da ESAP, pretendem divulgar em pequenos cadernos estudos académicos de dimensão limitada, elaborados no seu âmbito de investigação e interesses.

Quando em 1937 o Arq. Rogério de Azevedo inicia os trabalhos de estudo, restauro e reconstrução do Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães, este encontrava-se profundamente arruinado, tendo a sua estrutura quase desaparecido ou sido sucessivamente desfigurada.

Usufruindo da carga simbólica de berço da nacionalidade que apresentava a cidade de Guimarães, e numa altura em que se preparavam as Comemorações Centenárias de 1940, o restauro do Paço pretendeu prepará-lo para residência do Presidente da República no Norte do País ao mesmo tempo que se realizava a sua recuperação para fins museológicos.